

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2024

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro pelas nove horas e quarenta minutos, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 4.ª sessão ordinária. Presidiu aos trabalhos o senhor deputado municipal Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas senhoras secretárias municipais: Catarina Maria Baptista Gonçalves e Valdeci Purim.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa procedeu à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA:

Ana Margarida Leonardo Silva Fortuna • Carlos Jorge Belerique Ormonde • Catarina Maria Baptista Gonçalves • Cidália de Lurdes Correia Parreira • Cláudia Alexandra Coelho Cardoso • Davide Gabriel Cabral dos Reis • Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha • Emanuel de Jesus Rocha Garcia • Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço • João Manuel Machado Enes • João Paulo da Costa Moniz • José Luís Ferreira Parreira • Marcelo Leal Pamplona • Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira • Marília Margarida Enes Garcia de Vargas • Melissa Borges Ávila • Mónica Gomes Oliveira Rocha • Paulo Alexandre Ávila Fagundes • Rogério Paulo Nogueira e Sousa • Sandra da Silva Mendes • Valdeci Purim.

GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

Carlos Henrique da Costa Neves • César Alexandre Pacheco Medeiros • Cesário Alberto Ferreira Pamplona • Gilberto Jorge Ávila Moniz • Guilherme Carlos da Rocha Bizarro • Hermínia Jesus Fernandes Teixeira Gaspar • João Alexandre de Sousa Barata Oliveira • Luciva Ventura • Luís Manuel Mendes Leal • Luís Miguel Melo Machado • Maria Cecília Narciso Vieira Sousa Costa • Mário José Martins Cardoso • Nuno Alberto Lopes Melo Alves • Rómulo Ficher Correia • Séfora Veríssimo Costa • Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho • Vítor Bruno Costa Pereira.

CÂMARA MUNICIPAL:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: Brites Baldaia do Rego Botelho Mendonça Cunha • Fátima da Conceição Lobão Santos da Silveira Amorim • Maurício Manuel Lima Toledo • Paulo Alexandre Silva Lima • Sandra Maria de Sousa Garcia.

Sr. presidente da Mesa – Antes de iniciarmos a nossa Ordem de Trabalhos, peço ao senhor presidente da Câmara, às senhoras e aos senhores vereadores, às senhoras e aos senhores deputados municipais, que me acompanhem num minuto de silêncio pelo falecimento do doutor Álvaro Monjardino.

Fez-se um minuto de silêncio.

As senhoras deputadas, Catarina Gonçalves e Valdeci Purim assumiram, respetivamente, as funções de 1.ª e 2.ª secretárias da Mesa em substituição das senhoras deputadas, Tânia Gil da Rocha Lemos e Rita Belo Santos.

O senhor presidente da Mesa deu as boas-vindas às senhoras e aos senhores deputados municipais que, pela primeira vez, participam na Assembleia Municipal.

Posta à discussão e votação sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da 3.ª sessão ordinária do dia 19 de junho de 2024 foi aprovada por maioria com seis abstenções.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do expediente, dando conta do seguinte:

- Da Secretaria Regional do Ambiente a Ação Climática, um ofício relativo à pronúncia dobre a requalificação do troço da Estrada Regional entre o Cabo do Raminho e a Mata da Serreta:

«Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Exa. que acusamos a receção da mesma e agradecemos desde já o seu envio, a qual mereceu a nossa melhor atenção. Mais se informa que esta Secretaria Regional remeterá a vossa comunicação à tutela que está responsável pela requalificação do troço da Estrada em questão.

A Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.»

- Receção de um ofício da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo acerca do falecimento do doutor Álvaro Monjardino:

«Leva-se ao conhecimento de V. Exa. que, em sua reunião realizada a 26 do corrente, a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo manifestou o seu profundo pesar pelo falecimento, no dia 16 de agosto de 2024, do doutor Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino, tendo decidido comunicar à Assembleia Municipal.»

- Receção de um ofício da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo relacionado com um requerimento do grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) sobre a zona de banhos do Fanal, cuja resposta fora transmitida ao respetivo grupo municipal.
- Entrada na Mesa da Assembleia de um pedido de deliberação da parte do grupo municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) subscrito pelo senhor deputado municipal Tomás Dentinho para a atribuição das chaves da cidade e o título de cidadão honorário ao Prémio Nobel Paul Robin Krugman.

B – PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve intervenções da parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Paulo Fagundes (presidente da J. F. de Santa Bárbara) – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Esta minha intervenção vem no seguimento do que aqui referi na 2.^a sessão da Assembleia Municipal de 24 de abril e tem a ver com a crise sismovulcânica que nos tem vindo a afetar desde junho de 2022. O senhor presidente da Câmara foi bastante explícito em toda a informação que nos prestou na altura mas passaram-se praticamente três meses desde a última sessão da Assembleia Municipal, o que me leva a questioná-lo acerca do que está definido e poderá ser partilhado com esta Assembleia, principalmente ao nível dos planos de contingência em função da evolução da crise sísmica. Sei que a Câmara Municipal entregou uma série de equipamentos às unidades locais de proteção civil em diversas freguesias, foram feitas algumas sessões de esclarecimento aos membros das juntas de freguesia e junto das populações, além da realização de alguns exercícios em articulação com outras entidades. Foi entregue equipamento de rádio, houve um reforço nas comunicações das juntas de freguesia, foram distribuídos alguns panfletos informativos e realizados alguns exercícios ao nível interno; contudo, três meses é um período de tempo bastante considerável, por isso pergunto ao senhor presidente da Câmara se possui mais algumas informações que possa partilhar com esta Assembleia e que reforços houve no que diz respeito à contingência necessária perante toda esta situação.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente da Mesa, senhores vereadores e senhores membros da Assembleia.

Este é um assunto que nos preocupa a todos e também à Proteção Civil Regional, que tem tido uma excelente relação com a Proteção Civil Municipal. Tem-se vindo a trabalhar em conjunto no sentido de fazermos o que é possível numa situação como esta mas, infelizmente, as notícias não são as que gostaríamos de dar.

Esta crise sísmica tem-se mantido sem grandes alterações. Temos tido dias com picos de muita energia, ou seja, períodos de grande intensidade, seguidos de intervalos de alguma acalmia, mas não há nenhuma indicação de que a situação tenha fim à vista.

Neste momento estamos com três zonas em aviso sismo vulcânico na parte oeste da ilha. O vulcão da Serra de Santa Bárbara está num alerta V3 muito elevado e próximo do alerta V4, a zona fissural situada entre a Serra de Santa Bárbara e a zona em torno da Lagoa do Negro está em alerta V1 e aquela crista oceânica em frente ao Farol da Serreta encontra-se também em alerta V1 esta semana.

Temos três zonas da ilha com sinais de *unrest*, ou seja, sinais de reativação de atividade. As zonas mais preocupantes são as terrestres e chegámos às duas centenas de sismos durante

alguns dias, um número manifestamente elevado. Existe alguma deformação crustal com a subida de algumas zonas e o afastamento de outras na casa dos milímetros. Estas deformações não são perceptíveis mas é possível medi-las com os equipamentos que lá estão instalados, o que nos leva a manter alguma natural preocupação.

Não há nenhum sinal de erupção iminente, o que implicaria uma alteração para alerta V4, contudo as coisas complicaram-se durante alguns dias. Na sua intervenção, o senhor deputado Paulo Fagundes referiu algumas situações e tem sido feito um trabalho em conjunto com a Proteção Civil Regional no que diz respeito ao planeamento do que devemos fazer nos diversos cenários que nos são colocados pela parte científica. Foram já feitos alguns exercícios – que foram tornados públicos – e outros decorreram em ambiente mais restrito.

É importante que todos tenhamos a noção de que, por mais que nos acautelemos, acabamos por nos sentir impreparados perante a magnitude destas situações. Muito trabalho tem sido feito, mas não podemos dizer que estamos totalmente preparados para o que possa vir a acontecer; estamos preparados o melhor possível mas nunca estaremos prontos perante situações de grande complexidade.

Estas crises sísmicas são muito imprevisíveis; não é possível tomar medidas antecipadas, porque não sabemos quando e onde as mesmas poderão acontecer, e não temos qualquer indicação de algum problema iminente. Se algo vier a acontecer, as notícias serão imediatamente tornadas públicas e serão tomadas outras medidas que estão planeadas mas não se justificam neste momento.

Esta situação sismo vulcânica está numa fase intermédia que, decerto, não durará eternamente. Levamos já dois anos e alguns meses de crise e esperamos que as coisas vão amainando, acabando por se resolver por si; este é o caminho mais provável mas não deve ser menosprezada a possibilidade de surgir uma erupção mais violenta.

O município exerceu uma grande pressão junto do Governo Regional e creio que se chegou a uma conclusão acerca da abertura do troço da Estrada Regional entre o Raminho e a Serreta, uma peça essencial na necessidade de uma eventual evacuação de populações do norte para o sul e vice-versa.

Ao contrário do que acontece na generalidade do nosso território, aquela zona não possui estradas paralelas adequadas. Entre a Serreta e o Raminho existe apenas a Estrada Regional e agora temos a funcionar um troço de estrada florestal com grandes deficiências que não permite uma evacuação rápida e segura nem um trânsito fluido de meios de socorro em caso de emergência. Existe um outro troço de estrada entre a Serreta e as Doze Ribeiras sem nenhuma alternativa, que não sofreu quaisquer danos e temos uma particular cautela em mantê-lo desobstruído.

Este ano as pessoas estranharam um conjunto de restrições feitas ao trânsito durante as festas da Serreta em que, por estas razões, não foi permitido o estacionamento em determinadas zonas. Os troços da estrada mais críticos foram mantidos livres de estacionamento para que fosse possível qualquer movimentação, se necessário. Espero que estas questões críticas sejam rapidamente resolvidas, apesar das enormes dificuldades.

Uma outra matéria que nos traz alguma preocupação tem a ver com a eventual necessidade de movimentar populações de um lado para o outro, dada a escassez de locais próprios para reunião e abrigo de pessoas. A maior parte desses locais apresenta também enormes vulnerabilidades no que diz respeito aos tetos e por estarem próximos de edifícios vulneráveis a sismos. A equação não é fácil mas creio que se tem vindo a fazer o melhor planeamento possível.

Como conheço as consequências daquilo que se diz, quero afirmar aqui com muita clareza que se tem vindo a trabalhar dentro do que é possível, lembrando que neste momento não há nenhuma razão para pânicos. As coisas estão controladas sem qualquer indicação de algum evento iminente mas não nos podemos deixar levar por um falso sentido de segurança, pensando que nada vai acontecer, porque o bom senso exige prevenção, preparação e segurança.

Quero agradecer aos senhores presidentes de juntas de freguesia e às equipas que eles reuniram em cada uma das freguesias, que têm sido uma peça essencial nestes trabalhos, em particular no que diz respeito às telecomunicações. Neste momento temos provavelmente a melhor rede de telecomunicações do país, que pode funcionar sem qualquer *input* externo, ou seja, sem eletricidade e caso as redes comerciais de telecomunicações fiquem inoperacionais. Esta foi uma grande conquista, em boa parte com a colaboração das juntas de freguesia, que foram apetrechadas com um bom equipamento de telecomunicações. Em caso de avaria das comunicações telefónicas comerciais, temos a capacidade de falar uns com os outros, o que demonstra que estas questões foram bem resolvidas. Agradeço ainda às juntas de freguesia, todo o trabalho que tiveram na identificação das pessoas mais vulneráveis, aquelas que eventualmente poderão vir a necessitar de ajuda e transporte na movimentação entre freguesias em caso de emergência.

Um outro aspeto muito importante foi a criação dos Núcleos de Proteção Civil, que têm sido devidamente treinados e oleados para resolverem algumas situações, como pequenas obstruções ou outras que eventualmente surjam, de forma a tornar mais fácil o acesso dos meios de socorro na eventualidade de uma crise sismo vulcânica, quando houver inundações ou outros eventos que possam vir a acontecer. Neste trabalho em conjunto com as juntas de freguesia, foram também feitas recomendações para que vão prestando atenção aos bueiros e às ribeiras, até porque estamos num ano em que o mar está anormalmente quente, o que indicia a possibilidade da ocorrência de chuvadas intensas e muito rápidas, daí a grande importância destes núcleos.

Volto a afirmar que, ao contrário do que acontece na Defesa ou noutra entidade qualquer, na Proteção Civil não há segredos nem lugar para teorias da conspiração, já que vamos partilhando com todos o conhecimento que se vai adquirindo. A nossa rede de sismógrafos está aberta ao público e qualquer um de nós tem acesso em direto a partir do telemóvel. É importante que isto seja dito porque, infelizmente, as redes sociais estão cheias de teóricos da conspiração que acham que o mundo vai acabar e alguém sabe e não disse. Não é assim que as coisas funcionam na Proteção Civil Municipal nem na Proteção Civil Regional. Há transparência e uma vontade responsável de partilhar toda a informação

disponível, não comunicamos o que não sabemos e não alimentamos teorias sem fundamentação científica. Todo o conhecimento tecnicamente fundamentado que formos adquirindo é sempre colocado de imediato à disposição do público. Todos ficamos a saber de tudo sem a necessidade de suspeitar que alguém sabia e não disse. Esta talvez seja a mensagem mais importante que vos posso transmitir neste momento.

Sra. d. m. Cidália Parreira (presidente da J. F. dos Altares) – Muito bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais.

A minha intervenção vem no seguimento do que foi aqui dito pelo meu colega presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara relativamente à crise sismo vulcânica, que é também uma preocupação constante na freguesia dos Altares, dada a sua proximidade, e sinto que tenho aquelas pessoas um pouco à minha conta.

O senhor presidente da Câmara prestou-nos uma série de esclarecimentos mas eu gostaria de saber porque esperámos oito meses por aquela empreitada de desmatamento, quando esperava que fosse feita uma obra estrutural. Sem querer agoirar e dado que a situação se tem vindo a agravar, peço mais informações acerca dos riscos que corremos e de que forma se poderá proceder a uma eventual evacuação em massa para os lados de Angra através de uma estrada alternativa com aquelas condições. Gostaria de ver esclarecida esta nossa preocupação e se existem alternativas para que, numa situação de agravamento da crise, seja possível evacuar os habitantes dos Altares para os lados de Angra e dos Biscoitos.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo é apenas acessória e as decisões sobre a Estrada Regional devem, do ponto de vista legal, ser tomadas pela entidade que tem a sua tutela, neste caso, a região. Dentro das suas competências na Proteção Civil Municipal, a Câmara de Angra procedeu ao encerramento da estrada, indicando que a mesma precisava de ser vistoriada – o que aconteceu dois dias depois – e cabe à entidade gestora decidir o que fazer. Estiveram lá técnicos do Laboratório Regional de Engenharia e Civil que, muito razoavelmente, acharam que a via não estava em condições de ser utilizada e eu percebi também a magnitude do problema. Foi uma decisão do Governo Regional, que considero razoável e adequada, e eu teria feito a mesma coisa. Quanto ao que aconteceu a seguir, as decisões foram também tomadas pelo Governo Regional.

Na sequência do sismo de 1 de janeiro de 1980 aconteceu uma situação semelhante em que houve uma intervenção de menor dimensão porque a maquinaria existente na altura era menos possante. O Governo de então decidiu e muito bem, executar uma operação de limpeza daquela encosta, que foi excelente do ponto de vista técnico, porque permitiu um bom funcionamento da estrada durante 44 anos. Não há muitas obras de engenharia civil que consigam um resultado tão bom como essa intervenção, por isso creio que deve ser prestada homenagem ao senhor engenheiro Bettencourt, que era o chefe das Obras Públicas na altura.

Após esta crise sísmica de 14 de Janeiro, o Governo Regional optou por fazer uma obra de fundo, algo que saúdo e me parece muito adequado; contudo, na melhor das hipóteses, essa obra ficará pronta lá para finais de 2026, admitindo que não haverá qualquer

intercorrência em todo este processo complexo e difícil com uma grande componente geotécnica. Quando olhamos para a superfície, não vemos tudo e há sempre o risco de as coisas não serem exatamente assim.

O encerramento daquele troço de estrada durante dois ou três anos não é aceitável e creio que o Governo Regional deveria ter agido de imediato; como não o fez, a decisão de se proceder agora à limpeza, resultou do agravamento da situação e partilho a preocupação manifestada pela senhora deputada Cidália Parreira, presidente da Junta de Freguesia dos Altares.

Partindo do princípio que a erupção poderá acontecer na zona fissural, a estrada pelo interior da ilha será sempre a primeira vítima do evento e ficaremos limitados às duas direções através da estrada que faz o anel em torno da ilha. Admitindo que a estrada para os Biscoitos possa ser interrompida, as populações dos Altares e do Raminho ficarão numa situação muito difícil e o mesmo acontece na hipótese de a estrada da encosta sul da ilha ficar também interrompida algures, deixando numa situação semelhante as populações entre as Cinco Ribeiras e a Serreta.

A estrada pelo interior da ilha não é opção e é nessas circunstâncias que surge esta necessidade de se fazer uma obra que deveria ter sido iniciada nos três ou quatro meses imediatos à crise sísmica de 14 de janeiro, apesar de saber que as coisas precisam de alguma maturação e esta obra também não cai do céu; resulta de um trabalho feito pelo Laboratório Regional de Engenharia Civil e de um conjunto de observações que foram feitas.

Independentemente das vozes que se levantam sobre os *timings*, ainda bem que a obra está a ser feita; de acordo com as notícias, tem uma duração de 45 dias e esperamos que seja possível executá-la nesse período. Quando ficar pronta será um alívio para todos nós, porque a nossa segurança coletiva aumentará substancialmente. Esperemos que nada de mais aconteça nestes 45 dias e nunca precisemos desta obra, mas nestas coisas há que desejar o melhor, estando preparados para o pior.

Sra. d. m. Sandra Mendes (presidente da J. F. das Doze Ribeiras) – Bom dia senhor presidente e senhoras secretárias da Mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de enaltecer o trabalho que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo tem feito nas Doze Ribeiras no que diz respeito aos caminhos municipais e aos caminhos agrícolas, nomeadamente: a pavimentação do Caminho de Cima e da Canada José Tomás e mais recentemente a Canada do Poijal, que é muito utilizada e permite a circulação entre o Caminho de Cima e a estrada do mato, não obstante haver ainda muitos caminhos agrícolas para repavimentação e melhoramentos.

Sr. presidente da Câmara – Na aprovação do Orçamento deste ano, esta questão dos caminhos foi considerada como sendo o investimento prioritário do ano para o município e tem vindo a fazer-se.

Contratámos cerca de 7 milhões de euros de obras em estradas e algumas já estão concluídas. Devido à situação que estamos a viver, deu-se prioridade ao Caminho de Cima

paralelo à Estrada Regional que liga as Doze Ribeiras à Terra Chã. O pavimento estava em muito mau estado e a obra está concluída, faltando apenas a pintura da faixa central, um grande investimento que vem melhorar imenso a circulação no oeste da ilha. Este caminho tinha sofrido grandes danos na sequência de inundações que aconteceram há três ou quatro anos e também devido a obras pesadas que foram feitas nas ribeiras ao longo daquele percurso.

Com a repavimentação do Caminho de Cima passámos a ter uma circulação muito mais segura e cómoda para as pessoas que vivem naquela zona, a que se junta a segurança acrescida resultante da obra que foi feita nas ribeiras, da responsabilidade do Governo Regional, que conclui um processo desde há alguns anos com vista a colocar um conjunto de estruturas de retenção de lenhas nas ribeiras para se evitar o entupimento de passagens hidráulicas na zona habitada. Esse trabalho está também concluído e tornou aquela zona bastante melhor do ponto de vista da sua vulnerabilidade a sismos.

A questão dos caminhos agrícolas é para nós uma enorme preocupação, já que alguns se estão a transformar rapidamente em verdadeiras ribeiras, uma situação muito complicada porque continuamos sem uma revisão da legislação sobre o estatuto das vias terrestres, apesar de uma proposta apresentada pela Associação de Municípios.

Continuamos com demasiadas entidades gestoras de caminhos. O município tem a seu cargo a gestão das estradas municipais, uma parte dos caminhos agrícolas pertence à Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação através do IROA, subsidiando as juntas de freguesia ou executando diretamente, mas é uma situação pouco regulada. Temos ainda a rede florestal, além da rede regional.

Em ilhas tão pequenas não faz sentido que haja tantas entidades gestoras de caminhos e o resultado é a desresponsabilização mútua; acabámos por pensar que um determinado caminho é do IROA, que diz pertencer à Secretaria Regional da Agricultura ou a uma junta de freguesia, ninguém sabe a quem pertence o caminho e o resultado é uma degradação rapidíssima da rede viária que se encontra em muito mau estado, o que se traduz em custos acrescidos para os lavradores, por isso o assunto precisa de uma intervenção urgentíssima.

Depois também não se pode anunciar coisas que não se fazem e uma das questões que mais me aborrecem é o caminho de emergência entre o Raminho e a Serreta. O senhor Secretário anunciou com pompa em circunstância que iam fazer a obra rapidamente mas os meses passam, a obra não se fez e o caminho continua exatamente no mesmo estado, constituindo um perigo na hipótese de termos de o usar numa emergência, como muito bem disse a senhora presidente da Junta de Freguesia dos Altares.

Continuamos aqui numa discussão desnecessária sobre a intervenção nos caminhos agrícolas regionais. Ao contrário do que aconteceu no continente, em que a maior parte das estradas nacionais foram desclassificadas e entregues aos municípios, aqui temos esta verdadeira entropia com demasiados gestores e um escasso investimento. Temos muitos caminhos a precisarem de obras, há demasiadas entidades envolvidas, as obras não aparecem e seria importante que Governo Regional nos acompanhasse neste processo.

Continuámos a fazer o investimento que estava previsto em caminhos. Apesar de algumas peripécias, está a ser feita a pavimentação final e a estrada das Bicas está a aproximar-se do fim. A subida para as Veredas está em curso, estamos em vias de iniciar a intervenção no Caminho da Ponta em São Sebastião e vamos lançar pela terceira vez o concurso para o Lameirinho.

A Câmara Municipal tem vindo a fazer o que é necessário dentro das suas possibilidades, mas não se pode substituir ao Governo Regional no investimento na rede agrícola, que é imensa e está num estado miserável. Temos uma excessiva densidade de caminhos agrícolas, porque foram feitos mais caminhos do que os necessários, e agora temos caminhos por baixo, por cima, pela direita e pela esquerda que vão ter ao mesmo sítio. Seria fundamental um plano concertado por parte da região para resolver esta situação, até porque alguns caminhos são verdadeiras ribeiras. Recentemente, tentei entrar num com o meu carrinho e o resultado foi uma catástrofe porque tive grandes dificuldades em sair de lá.

Refiro mais uma vez que partilho a preocupação da senhora presidente da Junta de Freguesia dos Altares, mas a verdade é que a Câmara Municipal não pode nem deve fazer tudo. Se a rede viária for transferida para a Câmara, estamos prontos para aceitá-la, desde que seja acompanhada dos respetivos meios, à semelhança do que foi feito no continente.

Voltando sempre ao mesmo assunto, a revisão das competências das autarquias nos Açores é uma situação de urgência, até porque a administração regional tem cada vez menos capacidade de investimento e encontra-se numa situação complexa do ponto de vista financeiro. Se não resolvermos este assunto, não conseguiremos um desempenho adequado.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas membros da Assembleia Municipal.

Começo por agradecer ao senhor presidente da Câmara as claras e atuais informações que nos prestou, das quais se pode concluir que há uma cooperação próxima e organizada que é essencial em termos de proteção civil. Cooperação entre a Câmara Municipal e as juntas de freguesia, o Serviço Regional de Proteção Civil, os bombeiros voluntários, os militares e a Polícia de Segurança Pública, que nos transmite a tão necessária serenidade. Digamos que está assegurado o funcionamento de um sistema, quando estamos habituados a que cada um seja dono e senhor da sua capelinha, uma tendência da nossa região e do nosso país, que às vezes é difícil de contrariar.

Vivemos com este risco constante da ocorrência de tremores de terra, sismos e vulcões. Temos cerca de seiscentos anos de episódios como este no nosso ADN, por isso reagimos de forma diferente; temos como exemplo a cobertura noticiosa que foi dada a um sismo recente que apanhou a zona de Lisboa, em que parecia que as rádios, as televisões e os comentadores não se referiam a mais nada, senão àquele episódiozinho, quando nós chegamos a viver cerca de duzentos sismos por dia.

Os açorianos têm uma maneira peculiar de enfrentar estas situações que já fazem parte de nós e é bom que essa perspetiva se mantenha. Não devemos pensar que nada vai acontecer, mas também não podemos viver numa agitação permanente quando tomamos

conhecimento da ocorrência de mais dez, vinte ou trinta réplicas. Como responsável do Serviço Regional de Proteção Civil, deixemos que o senhor presidente da Câmara olhe todos os dias para o tal *site* e veja o que se vai passando. A bem da nossa própria proteção, não podemos entrar num clima de ansiedade permanente. A situação sismo vulcânica que estamos a viver foi aqui exposta pelo senhor presidente da Câmara nos termos exatos e eu, assim como esta bancada da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), ficamos tranquilos por sabermos que o sistema está a funcionar.

O caminho que está interrompido faz efetivamente muita falta e houve uma decisão desta Assembleia Municipal – que eu diria histórica – no sentido de pressionar o Governo Regional para que a situação fosse rapidamente resolvida. Pela experiência, todos sabemos que, tratando-se de uma questão incómoda para o Governo, o partido que o apoia fica caladinho, enquanto o partido da oposição o ataca ferozmente, indo às vezes para além do que seria razoável; contudo, e de comum acordo, os dois grupos parlamentares aqui representados chamaram a atenção do Governo Regional para a urgência daquela obra, algo que voltaremos a fazer se for necessário, porque é fundamental a circulação naquela estrada.

Mediante os seus conhecimentos relativamente a este processo, talvez o senhor presidente da Câmara nos possa elucidar acerca de uma confusão já que, por um lado se fala em 45 dias e por outro é referido o final do ano 2026. Para que fiquemos com uma noção precisa, afinal o que é que vai acontecer em 45 dias e o que está previsto durar dois anos? Devido ao seu caráter de urgência, volto a referir que voltaremos ao assunto as vezes que forem necessárias.

Um pouco fora do tema e talvez até descabidamente, permitam-me que partilhe convosco a reflexão que fiz no meio de tudo isto e puxe de novo aquele assunto a que todos chamam de «bairrismo». Em 1980, quando se falou de boa memória no engenheiro Marcelo Bettencourt, a Direção de Obras Públicas do ex-distrito de Angra do Heroísmo tinha poder efetivo e quadros reforçados e hoje o poder está centralizado. Esta é uma opinião pessoal que talvez mereça alguma reflexão e poderia levar-nos muito longe em várias matérias. Sinto que nos deveríamos agitar ainda mais nesta Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Tem havido de facto uma excelente coordenação e colaboração entre todos os envolvidos. Há pouco não o fiz por esquecimento mas aproveite a oportunidade para louvar o excelente e impecável trabalho da Polícia de Segurança Pública durante a semana das festas da Serreta, que tive a oportunidade de presenciar *in loco*. Tratou-se de uma tarefa difícil porque foi preciso direcionar as pessoas pelo caminho alternativo e proceder a um conjunto de alterações em hábitos de estacionamento. A PSP esmerou-se e merece o nosso reconhecimento pelo trabalho que fez.

Tem havido sempre uma franca colaboração e vontade da parte dos envolvidos em resolver o que está no seu alcance mas sinto-me sempre impotente perante a dimensão das coisas. Sei que nada será suficiente por mais preparação que se faça, mas tem-se feito tudo dentro do possível.

Quanto à questão que o senhor deputado me coloca, não me cabe responder sobre as obras do Governo Regional mas, na qualidade de observador mais próximo, posso contribuir

para o esclarecimento. Foi lançado inicialmente um concurso público de concepção-construção em que o próprio adjudicatário faz o projeto, à semelhança do que foi feito para o mercado municipal. Trata-se de um tipo de contratação pública em que o dono da obra refere as necessidades a suprir e cabe ao adjudicatário fazer o projeto e executá-lo. Esse concurso visa criar uma solução mais permanente para aquele troço de cerca de trezentos metros de estrada que bordeja uma massa de rocha traquítica instável devido à sua natureza geológica. As pedras são retiradas mas a rocha que fica exposta é facilmente degradável com o tempo e vai-se soltando. Foi o que aconteceu nos últimos 44 anos com o material que ficou exposto na sequência do sismo de 1980. Essa obra é um processo autónomo que durará pelo menos dois anos devido à sua complexidade, um concurso público cujo prazo para a apresentação de propostas creio que ainda está a decorrer.

O que foi feito também na sequência da pronúncia desta Assembleia – um fator importante neste processo – foi um procedimento que já deveria ter sido iniciado referente à obra de urgência destinada a permitir a abertura da estrada sem garantir, obviamente, a tal perenidade da solução, com a remoção da vegetação que é uma parte do problema.

Para aqueles que se deixam impressionar por questões ambientais, não há ali nada de importante além de vegetação secundária exótica e infestante, a *Pittosporum*, conhecida como Incenso ou Faia do Norte, que quase cobre aquilo tudo. Os *Metrosíderos* estão também a invadir toda aquela floresta, são uma grande ameaça ambiental e deveriam ser cortados.

A empreitada que dura 45 dias consiste simplesmente em remover a vegetação daquela encosta e retirar as pedras que ficaram presas na vegetação na sequência do sismo, porque basta um dia de vento para que se soltem. A retirada dos blocos soltos permitirá a circulação na estrada mas a obra tem esta natureza e poderá ou não durar mais 44 anos, daí que o Governo Regional tenha optado por lançar um outro concurso público internacional de concepção-construção com um prazo muito alargado, uma obra que só estará pronta para os finais de 2026 ou 2027 e visa construir outro tipo de estrutura que desconhecemos porque vai depender do adjudicatário.

Estamos a falar de duas obras autónomas: uma de urgência com o prazo de execução de 45 dias visando resolver a situação de forma urgente e uma outra com um prazo mais alargado cuja solução desconheço e penso que ainda decorre o prazo de apresentação de propostas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Bom dia senhor presidente da Assembleia Municipal e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros vereadores, caros colegas deputados municipais.

Congratulo-me com os frutos obtidos pela nossa pronúncia conjunta que foi emitida na sessão passada da Assembleia Municipal. Fizemos pressão para que fosse feita uma intervenção urgente na Estrada Regional entre o Raminho e a Serreta mas o Governo Regional demonstrou uma completa inação durante cerca de oito meses, refugiando-se na necessidade de estudos de engenharia e de projetos para avaliação da segurança dos potenciais trabalhos devido à atividade sísmica. Nada mudou, a atividade sísmica continua, desconheço que tenha sido feito algum estudo que indique que afinal é seguro intervir naquele troço de estrada e

lamento a demora de oito meses. A minha conclusão é que isto poderia ter sido feito há mais tempo e gostaria de saber se após esta limpeza, será possível a circulação de viaturas e de peões ou se servirá apenas para avaliar o tal projeto estrutural definitivo.

Sr. presidente da Câmara – Não me quero substituir ao Governo Regional mas o meu entendimento acerca do que está a ser feito é que a estrada ficará transitável, caso contrário não faria sentido toda esta pressa em realizar a obra. É óbvio que a limpeza da vegetação que cobre totalmente aquele talude tornará mais fácil o trabalho de quem vai projetar a solução final.

Também lamento a forma como tem decorrido todo este processo e lamento ainda mais algumas intervenções desastradas que têm sido feitas sobre o assunto. Confesso que fiquei indignado ao ver os senhores deputados do PSD dizerem que a culpa era do Governo do PS, como se o sismo tivesse ocorrido durante o seu mandato. Não sei como alguém consegue fazer uma cara séria e dizer uma coisa destas, como se lá tivesse estado uma máquina a empurrar as pedras.

Este tipo de intervenções não ajuda nem dignifica a política. O assunto foi consensual nesta Assembleia e tem-no sido também na relação entre a Câmara Municipal e o Governo Regional. Com as nossas concordâncias e discordâncias, temos vindo a apontar neste caminho e não precisamos deste tipo de intervenções deprimentes que me deixam verdadeiramente zangado. Não quero usar qualificativos porque estamos numa assembleia municipal mas, ouvir um senhor dizer que aquilo que aconteceu no dia 14 de janeiro de 2024 foi por culpa do Governo anterior é, no mínimo, exótico.

Sr. d. m. Carlos Belerique – Bom dia senhor presidente da Assembleia e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Começo por dizer que valeu a pena conceder a palavra ao meu homónimo Carlos Costa Neves que utilizou uma expressão que quero parafrasear porque estou de acordo que devemos agitar-nos ainda mais nesta Assembleia.

O assunto que aqui trago tem a ver com atrasos significativos da parte do Governo Regional, no pagamento a diversas empresas de vários setores de atividade, principalmente na área da saúde. Chegaram-nos às mãos, informações de empresas que não recebem qualquer pagamento desde janeiro deste ano e algumas tiveram que recorrer à banca para reforçarem as suas tesourarias, num período em que as taxas de juro são altamente penalizadoras.

Existem situações de pagamentos pendentes há cerca de três ou quatro anos referentes a contratos de manutenção de emprego e apoio às empresas para fazerem face a situações de crise decorrentes da pandemia da Covid-19, os chamados PME I, PME II, PME-AGRI, etc. As empresas assumiram encargos financeiros através de linhas de crédito para poderem enfrentar essa fase difícil e fazer os pagamentos das suas prestações; não podem amortizar essas linhas de crédito para não perderem o direito a esses apoios e têm sido sujeitas às subidas das taxas de juro.

Saiu recentemente na comunicação social a informação que o concelho de Angra do Heroísmo é um dos que apresentou uma diminuição das taxas de insolvência e alguma saúde financeira, o que se deve à resiliência das empresas, mas essa capacidade de resiliência tem limites.

É importante que se enfrente estes problemas e se faça algo para a sua solução. Tratando-se de empresas do nosso concelho e sabendo de antemão que não é da sua competência, penso que a Câmara Municipal poderá tentar algum tipo de intervenção no sentido de ajudar a resolver ou mitigar estas situações.

Sr. presidente da Câmara – Como disse o senhor deputado municipal Carlos Belerique, o município não é parte desta questão e não tem uma intervenção direta, contudo partilho também essas preocupações.

Felizmente, ao longo dos últimos anos, a economia tem vindo a crescer bastante no nosso concelho, o que é bem visível no aumento das receitas de IRS. As famílias têm tido melhores rendimentos, o que se traduz num crescimento muito acentuado das receitas, e tudo o que venha causar entraves ao caminho que vem sendo seguido é, para nós, uma preocupação.

Junto a minha voz à do senhor deputado para que as coisas sejam vistas com outra cautela porque continuamos a ver um enorme crescimento da despesa regional. Esta manhã quando me deslocava para Angra, ao ouvir as notícias das 08h30min, a agenda da sessão parlamentar que está em curso parecia ser exclusivamente uma agenda de despesa.

Chamo também a atenção dos senhores deputados para um artigo hoje publicado no jornal Diário Insular que contém um conjunto de tabelas do «deve» e do «haver» da administração regional que não são nada animadoras. Se as coisas continuarem por este caminho não vão acabar bem para a nossa autonomia. Isto começa a ser dito por muita gente, inclusivamente por algumas vozes verdadeiramente insuspeitas, como a do senhor presidente cessante do Conselho Económico e Social ou do senhor presidente da Assembleia Legislativa Regional que, ainda assim, fez uma proposta de orçamento para a Assembleia superior a 14 milhões de euros, ou seja, cada sessão da ALR já nos custa mais de um milhão de euros.

Sem pretender ser repetitivo, este caminho é verdadeiramente perigoso. Está na altura de se rever esta autonomia e a sua relação com as autarquias, que poderá ser a tábua de salvação deste sistema. Como ninguém parece interessado nessa reforma, infelizmente alguma força externa nos reformará, o que costuma acontecer nestas circunstâncias. Várias pessoas já me fizeram chegar esta preocupação que é muito séria, especialmente para aqueles que, direta ou indiretamente, têm contratos com a administração regional.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Nós os políticos é que temos a culpa porque não informamos as pessoas e queremos ganhar votos sem termos em conta que, a cada despesa tem que corresponder uma receita, uma taxa ou um imposto. Tanto o PS, como o PSD ou o PPM têm que assumir uma culpa que atrasa o país incrivelmente. Há cerca de dois ou três anos decorreu cá um congresso com membros do Banco de Portugal, que me disseram que a dívida portuguesa está a atrasar o crescimento em Portugal em 3 %. Assim como o Sérgio

Ávila, achamos que a dívida da região não nos atrasa porque a consideramos uma percentagem reduzida, mas tira-nos oportunidade de emprego todos os dias.

A culpa é nossa. Em vez de criarmos impostos de acordo com os serviços prestados, andamos a atirar as culpas para os outros e depois aparece-nos uma dívida a prazo que o outro partido acaba por resolver. Isto está a passar-se com o Governo da AD nos Açores e também lá fora, passou-se com o doutor Cavaco Silva, com o José Sócrates, com o Sérgio Ávila, com todos os outros e não dissemos nada.

Esta é uma responsabilidade de geração da nossa democracia que pode acabar por prejudicar as gerações futuras, por isso cabe-nos a responsabilidade da análise dos nossos orçamentos, tanto à esquerda como à direita. Temos que gerir aquilo que os munícipes nos dão com alguma perspetiva futura e não com a dívida e a falta de crescimento. Esta é uma irresponsabilidade coletiva, tanto de um lado como do outro, que está a atrasar o país e a região e atrasou também o município durante muito tempo.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura dos pontos da Ordem de Trabalhos.

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL:

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de junho a 31 de agosto, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – A atividade municipal mais relevante neste período do verão foi talvez a realização das festas Sanjoaninas que, mais uma vez, foram um sucesso em todos os aspetos e decorreram com toda a ordem e dignidade a contento de todos os participantes e daqueles que nos visitaram. Este ano houve uma afluência maior do que é costume e uma atividade económica extremamente intensa, em que ultrapassámos as setenta tascas em funcionamento, algo notável para a dimensão da nossa cidade. Fica aqui o meu agradecimento a todos os envolvidos, as mais de duzentas pessoas que participaram diretamente nestas festas Sanjoaninas que são do povo. A grande maioria são voluntários que disponibilizam parte do seu tempo, por isso merecem o nosso apreço e gratidão. O meu muito obrigado a todos os que fizeram das festas Sanjoaninas 2024 um enorme sucesso.

Do ponto de vista da gestão financeira do município estamos muito bem nas vertentes da despesa e da receita. De acordo com as informações que aqui prestei na última sessão da Assembleia Municipal, tivemos algumas dificuldades relativamente aos reembolsos do IHRU no PRR, mas foi regularizada uma boa parte, o que nos deixou numa situação bastante mais confortável; contudo, pedirei depois ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para que nos faça o ponto da situação do PRR e do investimento que está a ser feito em habitação.

As obras do município têm também decorrido dentro da normalidade; continuamos com um atraso na obra entre as Figueiras do Paim e a Boa Hora, já que a construção de uma parede não decorreu como deveria. Aquela intervenção tem cerca de seis meses de atraso, o que é um grande incómodo para os habitantes daquela zona. Temos feito os possíveis para que as coisas avancem mas a contratação de pedreiros para o tapamento de paredes não está fácil. As paredes estão prontas, está a decorrer a colocação do pavimento e esperamos que aquele troço possa ser aberto à circulação nos próximos dias. Agradeço a paciência de quem mora para aqueles lados, mas as coisas não têm sido fáceis

As outras obras de estradas decorreram também com normalidade dentro dos prazos e já referi aqui a maior delas, que é a ligação entre as Doze e as Cinco Ribeiras. O troço entre são Bartolomeu e as Cinco Ribeiras decorreu também sem quaisquer problemas e estamos a tapar algumas aberturas que foram feitas devido a intervenções na rede de águas. Devem ter reparado que está a desaparecer uma boa parte daqueles montulhos que havia aí pelos caminhos e esperamos poder eliminar a generalidade dessas anomalias na nossa rede viária.

As obras que estão a ser executadas em colaboração com as juntas de freguesia vão decorrendo também dentro da normalidade, embora com alguns atrasos devido a dificuldades em encontrar os empreiteiros adequados. Estão concluídas as duas passagens hidráulicas, aquelas pequenas pontes na ligação entre os Altares e os Biscoitos, os últimos dois lugares em que ainda havia ruas que atravessavam uma ribeira a vau, ficando assim eliminada uma situação complicada desde há muitos anos.

Um outro aspeto que me parece importante é o esforço que tem sido feito no sentido de melhorar pontualmente o estado das vias municipais com a substituição de zonas de pavimento que estavam muito degradadas. Foram já feitos muitos quilómetros, o que nos leva a concluir que, neste momento e modéstia à parte, a nossa rede viária municipal é claramente a melhor da ilha, apesar de alguns problemas que esperamos resolver durante este ano e o próximo.

Chamo a atenção dos senhores membros da Assembleia para o prédio aqui ao lado que está finalmente concluído. Já temos o elevador a funcionar para permitir a subida para o primeiro andar deste lado e do lado de lá, para onde estamos a transferir uma boa parte dos trabalhadores da Rua do Barcelos e de algumas zonas menos nobres deste edifício, melhorando assim a organização e a eficiência dos serviços. O passo seguinte será a transferência do atendimento do andar de baixo, libertando um espaço com a dimensão deste salão onde nos encontramos. Passaremos a dispor de uma sala permanente no rés-do-chão para as reuniões da Assembleia Municipal e outras, já que estas mesas deixam marcas no pavimento e não são adequadas a um salão nobre com estas características arquitetónicas.

Uma outra obra de grande magnitude é a recuperação da Igreja de São João Baptista no Castelo, que leva já um bom avanço. Está em fase de arranque a recuperação de um corpo de edifícios que foram cedidos pelo Exército onde será instalado o Centro Interpretativo de Apoio aos Visitantes do Castelo.

Estão finalmente concluídas todas as tramitações prévias relativas à obra do mercado municipal que possui já o visto do Tribunal de Contas. O empreiteiro apresentou a sua solução

que está na fase de análise da parte da Câmara Municipal; se os senhores membros da Assembleia tiverem curiosidade em vê-la, teremos todo o gosto em partilhá-la. Lembro que se trata de uma solução prévia que ainda não está aprovada, mas é o primeiro produto no sentido de obtermos o projeto definitivo.

Temos tido algumas dificuldades aqui nos serviços porque, além das férias, temos dois casos de doença, o que tem levado a uma concentração excessiva de pessoas no atendimento ao público durante alguns dias; isto deve-se a alguns hábitos inveterados em que parece que as pessoas resolvem vir todas pagar a água no mesmo dia, porque não o fazem pelas vias eletrónicas, e a culpa é também um pouco nossa porque enviamos as cartas todas no mesmo dia. Vamos ter que alterar essa forma de envio de faturas, desfasando-as no tempo, para atenuarmos esse fenómeno.

O CAI (Centro de Atendimento Integrado) é uma área crítica do funcionamento da Câmara Municipal que teremos que reanalisar para tentarmos perceber como lhe dar outra configuração, o que será feito neste processo de transferência para o espaço no edifício aqui ao lado. O CAI passará a funcionar onde era a antiga Loja do Cipriano e vamos tentar dar-lhe uma nova vida, procurando resolver algumas disfunções.

O número de trabalhadores do município mantém-se relativamente constante sem qualquer situação anómala, apenas de salientar o aumento de dois funcionários, o que não é muito significativo.

No que diz respeito ao relacionamento do município com outras entidades, quero agradecer ao senhor deputado Tomás Dentinho pelo trabalho que foi feito na organização do Congresso da Sociedade Europeia de Ciência Regional, que foi grandioso e trouxe mais de seis centenas de pessoas a esta cidade, incluindo alguns dos nomes mais notáveis da economia a nível nacional e internacional. Saúdo a presença do Prémio Nobel, Paul Krugman, assim como o Governador do Banco de Portugal e a doutora Elisa Ferreira que também participou neste congresso, dando-lhe uma maior dimensão. Fica aqui expresso o meu louvor ao trabalho feito pelo professor Tomás Dentinho que, com poucos recursos a fundos públicos, conseguiu organizar um excelente congresso, trazendo a esta cidade gente de topo numa área fundamental que é a área da economia. Ao contrário do que acontece com muitos outros congressos em que, por vezes, temos que financiar com uma centena de milhares de euros, dou os parabéns ao senhor deputado Tomás Dentinho por ter sido muito parcimonioso na utilização de recursos públicos.

Ainda a respeito da colaboração com outras entidades, temos sido o principal suporte das comissões de festas de verão de toda a ilha porque emprestamos uma boa parte de estruturas ao concelho vizinho da Praia da Vitória. Somos praticamente a agência das festas na ilha Terceira e ainda bem que as coisas têm corrido bem.

Tem havido também uma excelente colaboração entre a Câmara Municipal e outras entidades em diversas matérias no âmbito da proteção civil, particularmente com a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), já que tivemos que rever totalmente a alocação de frequências e a criação da rede municipal, um trabalho muito exigente que está a chegar ao seu termo. Agradeço todo o trabalho que foi feito e a grande parceria que tem havido

também com o Exército, em particular com o Regimento de Guarnição N.º 1, que tem sido um dos esteios nestas questões de segurança.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Em relação às contas que foram apresentadas, começo por realçar dois pormenores que nos ajudam a perceber melhor os números. Em primeiro lugar é necessária uma gestão mais razoável e responsável na orçamentação. Tem que haver algum cuidado do ponto de vista técnico naquelas ações que estão marcadas apenas com 5 % e aparecem depois com realizações de 10 000 ou 20 000%. Do lado da despesa, convinha que houvesse uma coluna a referir a percentagem e grande parte das percentagens das receitas, cerca de 60 %, provém do Fundo de Equilíbrio Financeiro. De alguma forma, conseguimos ver o que está mais ou menos atrasado e orçamentado do lado da despesa.

No que, ao congresso diz respeito, tenho que agradecer à Câmara Municipal por um subsídio em espécie com a cedência do Centro Cultural e de Congressos, os acessos à Escola Infante D. Henrique e à Escola de São Bento, aos 23 estudantes que prestaram serviços e são apoiados pela Câmara, à Santa Casa da Misericórdia pela cedência das mesas e à Secretaria Regional de Educação e Cultura. O senhor vice-presidente do Governo Regional aprovou um apoio de 10 000 euros através da Direção Regional de Ciência e Tecnologia e, para além da cedência do pátio, o senhor Representante da República ofereceu um almoço muito interessante ao senhor Paul Krugman e companhia.

Houve sol, a estrutura urbana de Angra é fantástica e as pessoas gostaram imenso. Como não havia *catering*, tivemos a oportunidade de escolher entre os vinte restaurantes que ocupámos mediante um sistema de senhas, uma medida já usada pela Câmara Municipal. A cidade respondeu, os alojamentos foram-se multiplicando e acabaram até por se esgotar. A antiga EVT também ajudou a transportar pessoas para a Praia da Vitória e tudo foi ótimo com a ajuda dos 23 estudantes, entre os quais a Helena, o Ruben, o Vítor Câmara, o Dimas, o Nelson e o Ricardo Costa que também respondeu ao desafio: «Esta gente estrangeira gosta é de vinho. Deem-lhes vinho e já não serão precisos os bolinhos que não alimentam ninguém.» Com o vinho que temos, que é relativamente barato, fazemos uma festa.

Vale a pena citar pequenas atitudes e conversas que temos como munícipes e fazem toda a diferença. Falhou a visita à ilha de São Jorge porque o tempo estava um pouco mau, mas o Joaquim Oliveira Martins disse que queria ir e fomos porque era possível fazê-lo, apesar de algum risco, mas sem drama nenhum.

Depois de tudo ter sido muito bom nos restaurantes, bastaria que uma entidade ou alguém tivesse dito que não, para esta gente nunca mais voltar, e eram cem pessoas. Se não houver uma atitude decente face à Proteção Civil e à segurança, esta complementaridade entre a Terceira e São Jorge não passa de um abuso de poder. Respeito naturalmente a decisão, porque vocês é que decidem, mas o certo é que fomos com dois barcos. Esta é uma das questões que pode fazer a diferença no turismo e às tantas um tipo qualquer pode tramar tudo. No Golfe tudo correu muito bem mas foi preciso dar ali um toquezinho porque queriam pôr o Rossio na Rua da Betesga. O ambiente e a colaboração entre os munícipes e a Câmara Municipal é que trazem o sucesso à cidade.

A respeito do dinheiro, acho que o meu modelozinho dá 750 mil euros à ilha Terceira, o que não é pouco. Vale a pena a realização de um congresso desta importância com setecentas pessoas, porque traz um pouco mais à Terceira do que as corridas à corda durante uma semana, e vamos recuperar o apoio da Câmara Municipal que contabilizei para a ERSA (European Regional Science Association) em 40 mil euros; eventualmente, iremos utilizar esse dinheiro para a transferência da sede da ERSA de Bruxelas para cá porque a ilha Terceira tem uma centralidade mundial reconhecida com companhias *Low Cost* e passagens relativamente baratas desde os Estados Unidos da América. Para o orçamento dos americanos, fica relativamente barato vir aos Açores.

Tivemos muita sorte com o tempo mas é relativamente possível levar a cabo dez eventos como este durante o verão, porque há muito poucas cidades com este ambiente urbano, imensos restaurantes e um auditório coberto que albergue seiscentas pessoas.

Dou mais uma vez os parabéns ao Ricardo que, com o vinho resolveu o problema do *catering* e ganhou naturalmente algum dinheiro. Parabéns também a todos vós que nos apoiaram através da Câmara Municipal porque, sem esta aposta eu não teria convidado o Prémio Nobel, Paul Krugman nem as pessoas que vêm atreladas a ele, que é preciso pôr na ordem em termos do dinheiro que vêm despender. Não precisamos de subsídios, basta-nos uma almofada que nos ajude a arriscar nestas coisas. Mais uma vez, muito obrigado e parabéns à cidade de Angra do Heroísmo de quinhentos anos com esta estrutura urbana que foi possível preservar com coragem.

Sr. presidente da Câmara – Quanto à forma como as tabelas estão elaboradas, é difícil fazerem-se percentagens porque uma das estratégias orçamentais que o município tem seguido com grande sucesso é evitar a criação de peias excessivas. Não vale a pena estarmos a alocar dinheiro onde não temos a certeza se depois o vamos gastar, por isso vamos fazendo uma gestão oportunística com inscrições de verbas reduzidas que depois serão reforçadas quando as obras avançarem.

O planeamento a longo prazo é muito difícil nos tempos que correm e se os orçamentos forem demasiado condicionados levam a uma enorme perda de eficiência. Torna-se mais difícil para quem quer acompanhar a execução da despesa, mas tudo se tornará mais claro e transparente quando a conta for apresentada no fim do ano. Temos ações orçamentadas com cinco euros, um valor que é simbólico, mas o dinheiro será alocado mal surja a oportunidade e não vale a pena estarmos a distribuir verbas por ações com elevada probabilidade de não virem a ser executadas.

Há pouco esqueci de referir duas situações, tendo uma delas a ver com a água. Estamos a viver um período difícil do ponto de vista hídrico e não me refiro ao abastecimento de água para consumo humano onde temos recursos sem quaisquer restrições graças ao investimento que foi feito. As dificuldades prendem-se com o abastecimento de água à agricultura na zona norte, nos Altares, em que as lagoas estão a atingir os níveis mínimos. Se não chover ao longo das próximas duas semanas, teremos que tomar medidas dispendiosas que, no entanto, estão devidamente programadas. Foi preciso instalar uma ligação extra para abastecimento junto ao posto da UNICOL das Doze Ribeiras para servir os lavradores daquela

freguesia e da Serreta porque a lagoa reservatório da Serreta, que está assente em bagacina, sofreu movimentações devido ao sismo de 14 de janeiro e rebentou. Apesar de termos procedido à sua reparação, não tem chovido o suficiente e a lagoa tem pouca água.

Isto leva a uma outra questão que é a repartição de responsabilidades em que o abastecimento de água deveria estar unificado e gerido pelas autarquias. Assim como a situação das estradas, temos aqui uma repartição de responsabilidades entre o Governo Regional e os municípios que leva a ineficiências que se estão já a revelar neste caso, o que é para mim uma grande preocupação porque não é a primeira vez que isto acontece e traduz-se numa elevadíssima despesa para o município. Dois dias de transporte de água custaram mais de 3000 euros, portanto já podem ver o que isto custa. Precisamos mesmo de rever a legislação e unificar a gestão destes recursos para que haja um responsável único e outro tipo de planeamento.

Peço agora ao senhor presidente da Mesa da Assembleia que dê a palavra à senhora vereadora Fátima Amorim para nos falar do PRR e das suas execuções e permita a distribuição deste relatório aos grupos parlamentares para um melhor acompanhamento e compreensão das explicações da senhora vereadora.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Bom dia senhor presidente da Assembleia e senhoras membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

O documento que está a ser distribuído aos senhores membros da Assembleia é um resumo com o ponto da situação do investimento que se tem realizado no âmbito do PRR - habitação social. Das quinze empreitadas que temos adjudicadas, treze estão em execução e duas vão iniciar-se dentro de pouco tempo, um investimento de mais de trinta milhões de euros correspondente a 295 fogos. Esta tabela foi feita numa altura em que as obras do Edifício 1 em Santa Luzia e as habitações da Feteira e da Serreta não estavam concluídas. Temos duas empreitadas finalizadas e as restantes encontram-se em execução ou a iniciar-se.

Lembro que começámos este processo sem a garantia de aprovação das candidaturas por parte do IHRU, mas neste momento as empreitadas que foram adjudicadas, estão todas aprovadas num valor superior a trinta milhões de euros e procedemos à entrega de 46 habitações a munícipes que já moravam numa habitação social da Câmara Municipal.

Além da requalificação das habitações, estamos também a desenvolver um trabalho muito importante ao nível social, adequando a tipologia das casas aos agregados familiares. Algumas famílias que moravam no bairro da Terra Chã concordaram em mudar-se para o bairro de Santa Luzia e outras para o bairro do Lameirinho. Estamos a acompanhar algumas famílias que foram sinalizadas e necessitam de um acompanhamento mais permanente que está a ser feito semanalmente pela equipa da ação social e por técnicos da Direção Regional da Solidariedade Social, a quem solicitámos apoio. As casas que foram entregues estão a ser visitadas regularmente para verificarmos a evolução em termos de adequação da habitação ao agregado familiar.

Temos candidaturas num valor superior a vinte milhões de euros que ainda necessitam de aprovação da parte do IHRU e dizem respeito a cinco lotes do bairro do Lameirinho,

estando na mesma situação, as quarenta habitações que nos propusemos construir num lote que possuímos em Santa Luzia e mais três lotes na Conceição. Ainda não obtemos resposta da parte do IHRU acerca da aprovação destas candidaturas para podermos concretizar a estratégia que está traçada em termos de habitação no nosso município.

O investimento em habitação social está a decorrer muito bem e superou as nossas expectativas. Como referi, as quinze empreitadas estão adjudicadas, o que muito nos orgulha porque estamos a melhorar o património habitacional da Câmara Municipal, e lembro os senhores membros da Assembleia que a Estratégia Local de Habitação não se limita à reabilitação das casas do município, já que temos uma percentagem bastante significativa de reabilitação de casas de privados. São poucas as candidaturas aprovadas pelo IHRU e mesmo que não venham a ser aprovadas pelo PRR, há uma grande possibilidade de virem a ser aprovadas pelo 1.º Direito.

Não podemos esquecer que, no que diz respeito às medidas que foram propostas no âmbito da Estratégia Local de Habitação, à parte do PRR e do 1.º Direito, incluímos a medida que é financiada pelo orçamento do município em milhares de euros para intervenções nas habitações de privados, criando assim melhores condições de habitação para os moradores do nosso concelho.

Fica assim feito o ponto da situação e o documento que foi distribuído aos senhores membros da Assembleia Municipal contém também algumas fotografias para que possam ver as melhorias que foram introduzidas nas habitações. Temos passado a mensagem no sentido de lembrar aos moradores que regressam às suas habitações, a responsabilidade que têm em cuidar daquilo que lhes está a ser entregue, e estamos a ser muito exigentes. Foi feita uma atualização dos valores das rendas com base nos rendimentos dos agregados familiares, algo que não era feito há alguns anos. Há situações em que os moradores passam a pagar mais pela renda de acordo com os seus rendimentos, enquanto noutros casos se verificou uma redução devido à diminuição dos rendimentos do agregado familiar. Vamos dar continuidade a todo este trabalho que visa melhorar e aumentar o parque habitacional do concelho de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Voltando à questão dos caminhos e à confusão habitual de quem é responsável pelo quê, existe um estatuto de vias terrestres que define responsabilidades e pode ser interpretado de diferentes maneiras. Admito que a redação do seu artigo 4.º possa levar cada um a puxar a brasa à sua sardinha, mas o que aqui se diz é o seguinte: «*Relativamente à rede agrícola, a construção, beneficiação e reabilitação das vias que a constituem são da competência do Governo Regional, competindo as respetivas, manutenção e gestão, aos municípios da área onde as mesmas se situem.*» Admito que os juristas tenham opiniões diferentes sobre as competências do Governo Regional e dos municípios e quando o senhor presidente da Câmara se queixa de autênticas ribeiras, não sei se não será a falta de manutenção que acaba por levar à falta de reabilitação. Se o meu trabalho aqui fosse de consultadoria, cobraria bem mais do que o valor da senha de presença que me é atribuída.

Esta questão da manutenção dos caminhos agrícolas tem vindo a ser discutida, pelo menos há quarenta anos. Se há dúvidas sobre esta matéria, talvez a AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores) deva assumir um papel mais impositivo. O senhor presidente da Câmara diz que já o fez, mas não terá sido suficiente, e terá que se entender.

Na minha intervenção anterior tinha alguma razão quando disse que, nesta questão da proteção civil, o tratamento do assunto foi exemplar porque se conseguiu pôr várias entidades a colaborar umas com as outras, e ao longo da minha vida aprendi que, quando tratamos de um assunto que dependa de vários serviços públicos, as coisas poderão eventualmente correr mal. Se os caminhos se mantiverem impecavelmente conservados, talvez não seja preciso reabilitá-los. Deixando isso à parte, há uma situação com quarenta anos de idade que tem que ser resolvida. Talvez a AMRAA deva ser mais impositiva e há sempre formas de endurecer o discurso.

Mudando de assunto, segundo parece, este célebre caminho deixará de ficar interrompido 45 dias após o início da obra. A situação demorou oito meses a resolver-se com os inconvenientes que todos conhecem – o que me leva a fazer a ligação com os caminhos agrícolas – e parece-me que as juntas de freguesia têm chamado a atenção para aquela queda de pedras há mais de dez anos.

Poderemos não ter força para nos impormos e talvez não tenhamos conseguido fazer chegar as mensagens a quem de direito. Não estou a referir-me a nenhum Governo específico, mas sim aos três que governaram a região nos últimos doze anos, e quero enaltecer a atitude das juntas de freguesia que, repetidamente, chamaram a atenção para a manutenção daquela estrada. Por um lado, espera-se uma melhor definição do tal artigo 4.º, por outro ignora-se muitas vezes as chamadas de atenção que são feitas.

Quero manifestar também aqui a nossa satisfação pelo reconhecimento da qualidade das Sanjoaninas, que o senhor presidente da Câmara aqui referiu e muito bem. Sem pretender enveredar por qualquer provincianismo, as Sanjoaninas são realmente umas festas diferentes de todas as que fui conhecendo ao longo da vida, únicas no país e talvez no mundo; contudo, as marchas da noite de São João estão a ser vítimas do seu próprio sucesso porque aos poucos vão reduzindo oportunidades. Quando vemos um número cada vez maior de participações, incluindo as vindas do exterior, e chegamos às quatro ou cinco dezenas de marchas num desfile que se prolonga até altas horas da madrugada, acabamos por perder aquele momento de convívio tão interessante na Rua de São João, que acaba por acontecer às 4 ou às 5 horas da manhã, impedindo a presença e participação de muitos.

Admitindo tratar-se de uma questão complexa, não sou capaz de dizer que se deve impor um número limite de marchas nem de sugerir que não venha alguém de fora, mas estamos a ser vítimas do nosso próprio sucesso e acho que devemos pensar em algo para ultrapassar esta situação – também referida pelos cidadãos – porque as coisas assim não estão bem e o sucesso a mais, por vezes transforma-se em insucesso.

Agradeço a documentação relativa ao PRR que nos foi distribuída e abordaremos quando tratarmos do empréstimo dos dez milhões de euros, mas gostaria de saber se esta

área de habitação é desenvolvida de forma independente pela Câmara Municipal ou existe alguma articulação com possíveis iniciativas do Governo Regional. Sei que a Câmara Municipal, por mérito próprio, dispõe de uma verba muito significativa do PRR para a habitação e suponho que o mesmo não se passa com o Governo Regional, por isso gostaria de perceber se isto funciona em conjunto ou se cada um trabalha para o seu lado.

Sr. presidente da Câmara – Manutenção não é reabilitação. Do meu ponto de vista, a manutenção significa manter as valetas limpas e coisas semelhantes. A verdade é que as câmaras municipais nunca tiveram nada a ver com a gestão dessa rede porque, quando alguém pretende fazer uma obra, quem se pronuncia é o IROA e não as câmaras. A questão das meias nunca funciona porque a fronteira entre reabilitação e conservação é muito ténue e difícil de definir, mas a natureza encarregou-se de decidir e nesta altura falamos claramente de reabilitação porque não há nada para conservar ali e é preciso fazer de novo. Depois há uma situação bem mais complexa porque esse artigo aplica-se a uma parte muito reduzida da totalidade dos caminhos, apenas os que estão dentro do ordenamento agrícola.

Uma boa parte da nossa rede agrícola não tem uma tutela definida e a maior parte está por conta das juntas de freguesia ou por conta de ninguém. O Governo Regional tomou conta durante muito tempo através dos serviços florestais e agora são as juntas de freguesia que vão cuidando, pedindo dinheiro à Câmara e ao Governo.

Estamos a falar de uma classe de caminhos agrícolas, que não são a rede dominante. Embora se encontre um pouco melhor do que a rede agrícola, a rede florestal apresenta grandes deficiências, um assunto que a Associação de Municípios tentou resolver de uma vez por todas através de uma proposta de decreto legislativo regional que foi aprovada por unanimidade pelos municípios da região. Essa proposta foi enviada ao Governo Regional e até agora não houve qualquer movimentação no sentido de lhe dar sequência, apesar de eu ter ouvido nas notícias uma referência que o Governo o ia fazer. Dado que os municípios, estatutariamente não podem fazer propostas de decretos legislativos regionais, suponho que o Governo Regional iria dar o devido seguimento a essa proposta de acordo com o que o estatuto prevê.

A situação não é boa. Não estamos a falar de conservação, mas sim de reabilitação, e nalguns casos é já necessária a reconstrução integral das estradas. Quando temos um verão seco e os agricultores se veem obrigados a transportar água através de estradas sem uma caixa tecnicamente consistente, os rodados dos tanques com várias toneladas abrem verdadeiros regos. Às vezes temos uma estrada num estado razoável de conservação que no final do verão fica com dois sulcos por onde passaram os tanques.

Parecendo que não, a água tem uma relação direta com a conservação das vias agrícolas; o transporte dos tanques é a sua principal fonte de degradação e não há conservação que aguente porque depois a chuva que se infiltra no asfalto quebrado transforma esses sulcos em ribeiras.

Precisamos de um plano concertado de investimento nas vias municipais que resulte de um entendimento urgente entre o Governo Regional e as autarquias no sentido de se esclarecer quem tem responsabilidades nessas redes viárias.

Quanto às marchas de São João, a cidade de Angra tem que se assumir como uma capital e não como uma freguesia, dizendo que «só as minhas marchas é que desfilam e não as do vizinho»; quando fizermos tal coisa, estaremos a apequenar aquilo que muito nos custou a engrandecer. Este ano algumas marchas optaram e bem, por desfilarem no segundo dia em função do resultado do sorteio. Creio que o bom senso diz que a marcha que ficou de desfilarem na 40.^a posição, o melhor que faz é desfilarem na 2.^a posição ou noutra qualquer no segundo dia, que fica sempre disponível.

Não me parece que valha a pena uma excessiva intervenção regulatória no desfile das marchas de São João, que sempre foram organizadas pelo povo e têm uma génese semelhante às danças de carnaval, às touradas e a outras formas de manifestação popular. A autorregulação é a solução e qualquer outra que se imponha, deixará uns mais contentes do que os outros. A sorte e o azar poderão fazer com que, a marcha que este ano desfilou num bom lugar, acabe por ficar na outra ponta da escala no ano que vem. A meu ver a solução deve ser resolvida, dando liberdade de escolha às marchas para desfilarem no primeiro dia no lugar que lhes couber ou optarem por desfilarem no segundo dia. Cada um deve escolher e fazer o que entender.

Respondendo agora à questão do PRR e da colaboração, da minha parte fiquei menos bem no processo porque julguei que o Governo Regional aproveitaria esta possibilidade para resolver algumas questões, incluindo por exemplo, as seis belíssimas casas que estão com os vidros partidos ali atrás do TERINOV na Terra Chã onde existia universidade. Pedimos ao Governo Regional que cedesse aqueles edifícios à Câmara Municipal para que os pudesse reabilitar e até hoje nunca o fez, apesar de ter dito que sim. Um outro exemplo é uma casa com o teto caído situada na Canada dos Folhados, que a Guarda Fiscal se propôs a ceder-nos mas, por questões estatutárias, o património do Estado passa para o Governo Regional. Estou a falar apenas de situações do nosso concelho porque aquela multidão de casas na Base Aérea N.º 4 poderiam também ser reabilitadas.

São estas as opções do Governo Regional, que tem os seus bairros e faz as obras autonomamente, e existe colaboração no apoio às rendas porque esta Assembleia Municipal criou um sistema complementar para que o município possa apoiar quando o Governo Regional não o faz. As pessoas devem concorrer através do Governo e quando o processo for aprovado lá, cessa aqui, o que tem vindo a funcionar de forma relativamente coordenada. O mesmo tem acontecido entre os serviços sociais da Câmara e os do Governo Regional em que coordenamos posições, nomeadamente perante emergências habitacionais.

No que diz respeito ao investimento do PRR, cada um está a investir no que é seu e até hoje nunca houve qualquer transferência de património, uma situação infeliz porque, se tivesse havido vontade, poderíamos ter já colocado seis belas casas no mercado ou até muitas mais. O património do Estado que está em abandono pode ser transferido para a região e transformado em casas para as famílias. Como andei por ali, conheço melhor aqueles edifícios atrás do TERINOV na Terra Chã e é uma pena que estejam com os tetos a abater-se porque ninguém fez nada quando havia dinheiro disponível que, entretanto, foi encaminhado para outros objetivos, porque o PRR não se compadece com atrasos.

Sr. d. m. João Moniz (presidente da J. F. de São Bento) – Muito bom dia senhor presidente e respetiva Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Quero abordar o tema da Estratégia Local de Habitação que foi apresentada com muita clareza pela senhora vereadora Fátima Amorim, recordando que há cerca de um ano nesta Assembleia, havia alguma preocupação acerca da possibilidade de uma taxa elevada de concretização de obras face à dificuldade que existia no mercado da construção civil, acima de tudo na contratualização de empreiteiros e à capacidade de se dar resposta a este valor bastante elevado que a Câmara Municipal conseguiu garantir na casa dos 95 milhões de euros, já aqui referido pelo senhor deputado Carlos Costa Neves.

Desde há cerca de um ano e meio tem sido entregue um conjunto de habitações nas freguesias de São Bartolomeu, Santa Luzia, Feteira, Altares, São Mateus, Serreta e Porto Judeu. As famílias passarão assim a usufruir da sua dignidade em novas habitações ou noutras que foram completamente renovadas.

Apraz-me também dizer que está previsto e em execução na freguesia de São Bento, um investimento na ordem dos quatro milhões de euros. Tendo em conta o tempo que nos resta para a concretização do PRR e os 83 milhões de euros que estão contratualizados ou em execução, pergunto à senhora vereadora Fátima Amorim se existe realmente uma perspetiva de se alcançar uma execução a rondar os 100 % dos valores que inicialmente estavam previstos.

Sra. vereadora Fátima Amorim – Temos a decorrer empreitadas no valor de trinta milhões de euros. Lembro que o município tinha à sua disposição 68 milhões de euros para investimento em habitação, um valor que foi dividido para a reabilitação de património existente e construção de quarenta novas habitações, além dos 34 milhões de euros destinados à reabilitação de habitações de privados.

Foram submetidas ao IHRU, aproximadamente 130 candidaturas, algumas foram aprovadas e outras estão a aguardar aprovação. Dos 68 milhões de euros que estavam destinados a habitações do município e sete pertencentes a juntas de freguesia, temos aprovados trinta milhões que estão a ser executados ou prestes a iniciar a execução. Está a ser cumprido o plano de trabalhos que foi apresentado pelo empreiteiro e a previsão é que a aprovação desses trinta milhões de euros esteja concluída no início do ano 2026.

Quanto ao restante valor superior a vinte milhões de euros que aguarda a aprovação do IHRU, embora esteja já na posse dos projetos e de toda a documentação necessária, o município ainda não lançou o concurso público para a reabilitação das restantes habitações do Lameirinho e das quarenta novas habitações. Dado que houve um atraso significativo nos pagamentos por parte do IHRU, fizemos os respetivos pagamentos com orçamento do município.

Ocorrência de problemas técnicos no sistema de sonorização e gravação áudio. Os trabalhos da 4.ª sessão da Assembleia Municipal foram interrompidos durante 20 minutos.

A atividade Municipal foi considerada apreciada pela Assembleia Municipal. (50/2024/AMAH).

1.2 – Sexta alteração do Regulamento n.º 23/2021 de 28 de dezembro que aprova o regime de concessão de apoios excecionais às famílias e à retoma da atividade económica. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação.

Sr. presidente da Câmara – A alteração a este regulamento torna-se necessária para terminar o processo de preparação do encerramento do mercado municipal. À exceção das peixarias e dos talhos, a devido tempo todos os arrendatários de espaços do mercado aceitaram e fizeram a respetiva contratualização mas as empresas que ficaram para o fim têm demonstrado uma grande dificuldade em resolver o seu futuro porque as exigências legais sobre os equipamentos e higiene nos ramos das peixarias e dos talhos são muito grandes e o valor que o município estava a disponibilizar não é suficiente para que o processo continue.

Segundo o acordo que tinha sido feito, o município contribuiria com uma ajuda financeira ou disponibilizaria o espaço para permitir a retoma da atividade noutra local mas, analisada a situação, a disponibilização de um espaço tem-se revelado difícil e dispendiosa. Não é fácil encontrar na nossa cidade um espaço para essas duas atividades comerciais e os equipamentos são muito caros.

Depois de uma série de negociações que foram mediadas pela Câmara do Comércio, chegou-se à proposta que hoje vos é apresentada. Esta solução foi aceite pelos interessados, resolve de forma definitiva o assunto do mercado municipal e permite ao município poupar muito dinheiro que, de outra forma, teria que despender no alojamento destas empresas. A parte contratual e burocrática está concluída e estamos na fase de elaboração do projeto que levará ao arranque da obra do mercado municipal na próxima primavera ou no fim deste ano.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quero dar nota da nossa congratulação pela resolução deste problema, sobre o qual temos vindo a insistir há anos, algo parecido com a estrada entre a Serreta e o Raminho, em que damos toda a razão à senhora presidente da Junta de Freguesia dos Altares ao dizer que a solução do imediato poderia ter sido mais rápida.

Esta questão do mercado municipal tem barbas mas, tarde é o que nunca chega, e chegou-se finalmente a uma solução. Lembro-me de ter feito uma campanha há cerca de quinze anos quando concorri à presidência da Câmara Municipal de Angra, em que já se levantava esta questão das peixarias e dos talhos. Resolveu-se assim de uma forma adequada, uma situação que motivou a nossa insistência durante vários anos.

Terminadas as intervenções e após votação, a alteração constante do Ponto 1.2 foi aprovada por unanimidade. (51/2024/AMAH).

1.3 – Segunda alteração ao Regulamento n.º 19/2023 de 19 de dezembro - Regulamento Municipal de Taxas. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos o artigo 25.º, n.º 1, alínea g), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do

Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação.

Sr. presidente da Câmara – Não se trata de qualquer alteração a taxas, mas de uma matéria contida neste regulamento que consiste na proibição da circulação de veículos pesados no interior da cidade com a exceção de um dístico diário que seria concedido.

As viaturas utilizadas no reabastecimento de supermercados, lojas de móveis, de eletrónica ou outras que necessitam de transportar cargas, são dotadas de uma plataforma elevatória que faz com que a viatura exceda os 3500 kg, o peso limiar legalmente estabelecido para viaturas pesadas, uma situação que é preciso resolver com a criação de um mecanismo que permita a essas viaturas circularem na cidade através da emissão de uma licença anual.

Além de um melhor controlo das viaturas, procura-se dar melhores condições aos comerciantes. Aquelas plataformas elevatórias reduzem de forma acentuada o tempo de cargas e descargas e a sua utilização é benéfica para a circulação na cidade.

Neste documento fica também esclarecida uma situação relativa aos autocarros pesados que apenas podem circular dentro da cidade num dos percursos aprovados ou quando estiverem alugados para o transporte de turistas ou outra qualquer operação do género. Os autocarros vazios devem dar a volta pela Circular até ao seu local de recolha de passageiros.

A alteração constante do Ponto 1.3 foi aprovada por unanimidade. (52/2024/AMAH).

1.4 – Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da CMAH, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho para a Unidade de Gestão financeira e Recursos Humanos – Um assistente técnico (área de contabilidade). Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Uma trabalhadora do setor da contabilidade do município concluiu um curso do ensino superior, ficando com condições para mudar para uma secção mais técnica relacionada com as áreas verdes. Devido à aposentação do trabalhador que tinha a seu cargo a gestão do Jardim, surge a oportunidade para que esta pessoa seja promovida à carreira de Técnico Superior e passe a ocupar essa vaga, gerando uma vaga na contabilidade. O que se pretende é a abertura de um concurso público para o preenchimento dessa vaga e a manutenção do bom funcionamento dos serviços.

Conforme vos disse há pouco, do ponto de vista do número global de trabalhadores do município, temos mais dois trabalhadores do que o ano passado devido ao despedimento de um funcionário por razões disciplinares e à aposentação de um outro. Temos ainda a expectativa que um trabalhador se aposente no próximo dia 1 de outubro, enquanto outro pediu a aposentação. Quando este concurso estiver concluído, teremos o mesmo número de trabalhadores no município.

A segunda alteração ao Mapa de Pessoal da CMAH constante do Ponto 1.4 foi aprovada por unanimidade. (53/2024/AMAH).

1.5 – Alteração Simplificada do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo municipal nos termos do artigo 123.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, conjugado com o Decreto-Lei n.º 31/2014 de 3 de maio e das alíneas h) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta alteração visa transferir para habitação, parcelas de terreno que estavam destinadas a equipamentos. Trata-se essencialmente de sobras de terrenos na periferia do bairro do Lameirinho e em Santa Luzia onde o município pretende construir quarenta novas habitações que estão previstas no Plano de Habitação do PRR. Gera-se aqui a possibilidade de termos mais quarenta famílias alojadas em áreas de ervaçais sem qualquer uso.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – Quando discutimos internamente esta questão, ficámos numa situação de alguma perplexidade ou dúvida que talvez o senhor presidente da Câmara possa ajudar a clarificar, porque todos fomos tendo uma posição no sentido de evitar o crescimento de bairros sociais, ou seja, seria preferível distribuir casas por aqui e por ali em vez da sua concentração num determinado espaço. Dado que esta alteração se refere aos bairros do Lameirinho e de Santa Luzia e a nossa perplexidade resulta de uma orientação assente na não multiplicação de bairros, não vejo como poderemos conciliar as coisas. Percebo que haja terrenos disponíveis mas o que vamos fazer é aumentar os bairros, quando dizíamos que não queríamos mais. *Quid juris?*

Sr. presidente da Câmara – Não se pretende continuar a construir edifícios ou casas do tipo dos bairros, mas sim a dispersão por quatro lotes de casas geminadas com uma tipologia e utilização completamente diferentes. Em vez daquele alojamento tradicional, pretende-se dar alguma oportunidade a famílias mais jovens da classe média/baixa, de encontrarem ali o seu espaço. Visto que estes dois pontos estão interligados, posso adiantar que o empréstimo que discutiremos a seguir tem a ver com a aquisição de mais alguns edifícios para lhes darmos esta utilização.

O grande problema no nosso concelho não é propriamente a tradicional habitação social, mas a falta de acesso à habitação por parte de pessoas que trabalham, têm uma vida social normal e ficam excluídas devido ao preço do mercado imobiliário. Temos muitos casais com vidas estáveis do ponto de vista laboral mas os seus rendimentos não lhes permitem o acesso à habitação.

Estamos a falar de uma tipologia diferente dos bairros sociais, aproveitando as infraestruturas existentes e resolvendo um outro problema porque, ao colocarmos as famílias longe dos seus empregos, estamos a contribuir para o aumento das suas despesas. Creio ser mais vantajosa a densificação e ocupação urbana destes espaços, embora com uma tipologia diferente, em vez de dispersarmos as pessoas para longe, implicando mais despesas com

transportes ou até dificuldades em encontrar empregos com horários que sejam compatíveis com os transportes coletivos.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Se compararmos os tempos atuais com os do século XVI em termos de urbanismo, ficamos envergonhados. Temos uma cidade que foi desenhada para funcionar para sempre e tem funcionado até agora, mas com o aumento do urbanismo após o sismo de 1980 demonstrámos que não sabemos fazer, embora tenhamos mais planos. Os arquitetos urbanísticos da altura projetaram um espaço comercial e pensaram mal porque ninguém foi para lá, mas há espaços comerciais ao lado.

A meu ver, a Câmara terá que tratar da ligação deste bairro social a Santa Luzia ou a São Bento, bastando um risco bem desenhado num papel por engenheiros e urbanistas, complementando com uma acessibilidade interna que permita que estas pessoas tomar um café nas zonas próximas e usufruir de todos os outros serviços, em vez de serem postas lá para a Terra Chã, como erradamente se fez há uns anos. A colocação das pessoas perto dos empregos é uma mais-valia mas não basta, é preciso que estejam também perto do comércio e dos serviços.

É preciso coser a cidade. Gostamos muito de aumentar a dimensão da ilha mas as cidades não se fazem com labirintos, fazem-se com ruas que ligam umas às outras como se fez no século XVI. Temos uma série de labirintos em todo o lado que só nós conhecemos, mas não servem porque duplicam ou triplicam o acesso local, aumentam o custo da cidade e não resolvem o problema das pessoas com menos meios para se transportarem.

Sr. presidente da Câmara – O senhor professor Tomás Dentinho tem toda a razão e faço minhas, as suas palavras. Aproveito para dizer que o município adquiriu os terrenos ali junto ao caminho da central para ligar Santa Luzia por dentro. Procedemos à continuação da Rua Ilha do Corvo que liga São João de Deus ao bairro do Lameirinho e já está a funcionar. Os terrenos nessa sequência já pertencem ao município, o projeto está feito e neste momento estamos a acertar alguns pormenores com a EDA porque vamos ter que passar por cima da conduta das centrais hidroelétricas. Teremos a ligação feita em breve, já que se trata de um troço relativamente curto.

Reforço que estamos perfeitamente de acordo. A construção destas casas trará pessoas diferentes para aquela zona, o que melhorará as questões sociais que temos vindo a discutir. Além de novas ligações internas, ficará também completa aquela ligação às casas que ficarão por detrás das antigas instalações da PT, cosendo aquela zona com a parte mais antiga do Lameirinho histórico e não o bairro.

Sra. d. m. Mónica Oliveira – Muito bom dia senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Sinto-me impelida a intervir porque, infelizmente, ainda vamos tendo a tendência de utilizar termos como «essas pessoas» ou «estas pessoas», que são pessoas como nós, com vidras estruturadas e problemas semelhantes ou iguais aos nossos. Pode parecer um preciosismo, mas temos que ter mais cuidado com a utilização destes termos.

Em segundo lugar, se calhar temos que rever a forma como encaramos os bairros sociais. Quem visitar o Lameirinho, verá que é muito mais do que um bairro social, é uma comunidade organizada onde existem problemas como em tantos outros sítios. Eu trabalho aqui na freguesia da Sé onde há casas e famílias com imensos problemas e a Sé não é chamada de bairro social.

Nestes locais vivem pessoas de grande valor com imensos potenciais e problemas como os das nossas ou de outras famílias. Deixo aqui o apelo para que tenhamos um pouco mais de cuidado com os termos que utilizamos, sendo certo que recebemos imensas queixas de que aquelas áreas estão a ser utilizadas indevidamente como depósitos de lixo e são de difícil manutenção.

A Alteração Simplificada do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Centro Histórico de Angra do Heroísmo foi aprovada por unanimidade. (54/2024/AMAH).

1.6 – Contração de empréstimo bancário no valor de 10 000 000,00 € (dez milhões de euros). Para aprovação da assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta matéria resulta de um conjunto de questões que eu gostaria de esplanar com clareza. O município tem neste momento uma dívida extremamente baixa, que é praticamente o mesmo que não possuir qualquer endividamento, e espero que continuemos neste percurso.

Dado que a obra do mercado municipal envolve um investimento de doze milhões de euros e por ora não temos qualquer garantia de cofinanciamento, por uma questão de cabimentos, temos que garantir que não vamos asficiar as outras atividades, já que este investimento vai coexistir no tempo com o investimento do PRR e a melhoria do parque habitacional.

Poderíamos viver sem este empréstimo mas a legislação obriga a que cabimentemos, ou seja, que reservemos dinheiro que poderá ficar demasiado tempo parado porque os pagamentos do IHRU são bastante irregulares. Pretendemos criar uma bolsa financeira que nos permita ir cabimentando mais do ponto de vista teórico do que do prático, enquanto vamos esperando pelas verbas do IHRU. No entanto, se esses pagamentos decorrerem com o mesmo ritmo que até agora, provavelmente não precisaremos de utilizar o dinheiro deste empréstimo que foi negociado «até» dez milhões de euros, dos quais podemos pagar logo que possível, qualquer quantia que venhmos a utilizar, se tivermos os meios para tal. Isto dará flexibilidade à gestão financeira do município nos próximos dois ou três anos em que teremos duas grandes operações a decorrer: a construção do mercado municipal e o investimento na habitação.

Lembro esta Assembleia que já fizemos isto quando precisámos de efetuar um grande investimento no Porto Judeu e se aprovou um empréstimo de 2,5 milhões de euros, dos quais utilizámos zero porque nos foi sendo possível fazer a gestão sem utilizar esse dinheiro, e o

mesmo aconteceu quando foi preciso construir a TERAMB. Temos a garantia de cabimentação para o que pretendemos fazer, o que não significa que vamos gastar o dinheiro.

Uma outra situação que é preciso esclarecer ou lembrar é que o PRR e o IHRU não financiam a aquisição de imóveis. O município tem a possibilidade de adquirir imóveis para a reabilitação e a sua venda no mercado da habitação a preços controlados, uma operação que também não implicará qualquer endividamento do município, que receberá o dinheiro de volta quando vender cada uma das frações. Se houver utilização do empréstimo, haverá também a sua amortização e achamos que a operação em si poderá dar um pequeno lucro ao município quando estiver concluída.

Não se trata de endividar o município, mas de criar condições para que possamos dar execução simultânea com a necessária celeridade e flexibilidade a dois grandes projetos: a construção do mercado municipal e o investimento na habitação.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Na informação que acompanha a referência é sempre feita ao PRR e aos 61 milhões de euros de investimentos que estão lá previstos. O senhor presidente da Câmara disse que não tinha garantias de cofinanciamento mas o PRR é previsível com um conjunto de garantias.

Sr. presidente da Câmara – Eu referia-me ao mercado municipal.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Pelo que percebi da sua explicação é que se trataria de um investimento complementar ao PRR, algo diferente do que consta nestes documentos.

Com a colaboração do Banco de Fomento, o BEI (Banco Europeu de Investimento) possuía uma linha de crédito que era paga com o recurso às verbas cofinanciadas para o PT 2020, ou seja, uma autarquia que tivesse uma candidatura aprovada no PO Açores 2020, antes de receber essas verbas, poderia solicitar este montante ao BEI, que depois seria ressarcido com os pagamentos do PO Açores 2020 feitos à respetiva autarquia. Gostaria de saber se este empréstimo foi alargado ao PRR e a alguns outros investimentos do IHRU cofinanciados pelos programas operacionais Açores 2020 e Açores 2030, pelo menos em termos de juros ou outros benefícios.

Creio existir algum perigo de aumento do endividamento da Câmara Municipal, com o executivo em fim de mandato e o risco de penalizar o executivo vindouro já que, por motivos legais, o atual presidente da Câmara não poderá ser reeleito.

Tendo em conta a gestão muito comedida em termos de endividamento nos últimos onze anos de mandato, gostaria que nos fossem prestados mais alguns esclarecimentos porque a informação escrita transmite a ideia que este pedido de empréstimo está relacionado com o financiamento do PRR e o senhor presidente da Câmara apontou algumas áreas sem garantia de cofinanciamento.

Sr. presidente da Câmara – A não garantia de cofinanciamento tem a ver com o mercado municipal e foi o que eu disse; contudo, como a senhora vereadora Fátima Amorim já referiu, o PRR começa a dar sinais de fraqueza e alguns dos projetos não serão incluídos

neste PRR, mas sim no 1.º Direito, o que implica a redução da taxa de financiamento de 100 para 65 %. Se não tivéssemos a obra do mercado municipal a decorrer, não precisaríamos deste empréstimo que se destina exclusivamente à habitação, nunca poderá ser usado para o mercado municipal e liberta outros fundos num efeito colateral indireto.

A habitação tem esta questão da não garantia da totalidade do financiamento, mas tenho uma razoável certeza que seremos financiados a 100 % até ao fim porque os outros municípios estão muito longe de alcançar o que nós temos. Estamos de tal forma adiantados que, provavelmente, vamos chegar à meta e conseguir o dinheiro todo, mas esta é uma prudência necessária. Se ficarmos parados por falta de cabimento, aí é que nunca atingiremos os objetivos.

Não há qualquer interesse em deixar dívidas para os vindouros. Este é um investimento que me parece virtuoso e uma boa utilização dos dinheiros que nos são colocados à disposição.

Já o disse mas nunca é demais repetir que o preço a que estão a ser vendidas as habitações – algumas modestas – afasta-as claramente da possibilidade financeira de uma parte muito razoável da nossa população, uma situação que urge inverter através do aumento da oferta de habitação para venda no mercado. Se eventualmente chegarmos a acordo com as entidades detentoras dos imóveis que pretendemos adquirir, poderemos colocar até uma centena de habitações no mercado a um preço controlado sem qualquer despesa para o município, tratando-se apenas de um investimento, porque vamos recuperando o dinheiro por cada casa que for vendida.

Oponho-me claramente à contração de dívidas e aqui não há qualquer intenção de o fazer. O que se pretende é facilitar a operação da habitação perante estas incertezas e a coexistência de um outro grande projeto de investimento no mesmo tempo. Se este empréstimo vier a ser necessário, permitirá uma boa utilização dos fundos do PRR porque, quaisquer atrasos ou paragens no cabimento, implicarão a perda da corrida, demonstrando que não fomos capazes de aproveitar bem o dinheiro. Assim fica garantido que não haverá atrasos por razões financeiras e cada vez que o IHRU pagar, pois muito bem, o assunto ficará resolvido.

Até agora nunca foi preciso e espero que não o venha a ser. Esta é uma ferramenta que fica disponível para que o executivo seguinte possa gerir melhor a fase final do PRR, que será mais exigente em 2025 e 2026 quando acontecerá o grosso da construção, juntamente com o projeto do mercado municipal, dois grandes investimentos muito importantes para o nosso concelho.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Agradeço os esclarecimentos prestados pelo senhor presidente da Câmara, que me parecem bastante convincentes em relação à oportunidade deste empréstimo. Devo dizer que não sou contra os empréstimos, dependendo do fim a que se destinam, das circunstâncias, dos mecanismos de gestão da dívida, da oportunidade e também da temporização. O dinheiro e a dívida não são bons nem maus, dependendo do enquadramento.

Se me permitem uma observação em relação ao ponto anterior – que votei favoravelmente – a construção e a concentração demográfica em determinadas áreas implicam riscos de despovoamento noutras zonas devido a vários fatores. Os serviços surgem onde há pessoas e os transportes encarecem, tornam-se menos rentáveis e difíceis de gerir se não houver pessoas para transportar para as zonas mais despovoadas. Entra-se num ciclo vicioso que leva à centralidade, um fator que todos os dias nos apoqueta quando falamos da gestão das ilhas e deve ser também tido em conta em termos da gestão municipal e dos territórios mais próximos, como é o caso.

A centralização pode acontecer em qualquer circunstância e tem como consequência o agravamento de um fosso entre os que podem pagar os custos *premium* por estarem mais perto e aqueles que moram mais longe, criando situações de desigualdade. O mesmo se aplica à famosa e prejudicial tentativa de aplicação do modelo de locomotiva que pode acontecer dentro do mesmo município ou da mesma ilha.

As evoluções não acontecem por acaso e são sempre condicionadas por diversos fatores e pontos de partida. Não queremos que aconteça no nosso município ou na nossa ilha, o centralismo que tem acontecido entre as diversas ilhas do arquipélago dos Açores.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Estive para não responder à nossa colega deputada municipal mas o facto de se interpretar a palavra das outras pessoas como um esquema de valorização que nos é próprio, é um bocadinho estranho.

O que existe aqui é uma culpa coletiva da criação de bairros sociais pós sismo, que resultou em problemas que são nossos, mas alguém criou. O que estamos a dizer é que a forma como os bairros sociais foram criados é eventualmente muito pior do que a reconstrução das casas e não tem nada a ver com o respeito que temos pelas pessoas. Refleti antes de responder e não entro nessa questão de julgar alguém com os termos do nosso vocabulário, porque não penso assim. Alguns de nós acreditam no Espírito Santo, mas o facto de se julgar a consciência das outras pessoas é de bradar aos céus. Concordo com a senhora deputada em relação à desconsideração das pessoas com adjetivos, porque não devem ser classificadas dessa forma nem pelo sítio onde moram, mas discordo em relação à segunda parte de se atribuir um julgamento aos outros, como se não tivessem consciência da sua posição na sociedade. Todos temos falhas em relação ao que fazemos uns aos outros e temos também esta falha coletiva concreta do pós sismo que é bom não repetir ou continuar.

Quanto ao empréstimo constante no ponto que estamos a debater, acho que nos faltou aqui uma análise custo-benefício para sabermos se, do ponto de vista económico, social e ambiental, vale a pena fazer-se aquele investimento e programá-lo no sentido de se precaver todos estes ajustes.

A meu ver, as intenções referidas pelo senhor professor Álamo teriam que ser complementadas com um plano de sustentabilidade financeira. Temos aqui um empréstimo que pode ser pago em trinta anos e percebo que se negoceie com as entidades bancárias, mas do ponto de vista do compromisso perante esta Assembleia, o que nos é pedido para aprovar é o pagamento disto em três anos porque há um problema de liquidez financeira.

Este empréstimo é bem-vindo porque há dois investimentos grandes a fazer, mas esse compromisso não consta aqui. Voto com a minha bancada mas falta-nos alguma referência no sentido de se evitar o aumento da dívida que pode durar até trinta anos. Temos o compromisso da Câmara de que isto será pago em dois ou três anos, mas gostaria que houvesse nesta Assembleia a assunção do não aumento da dívida no sentido de se evitar o prejuízo de terceiros.

Acho bem que se resolva um problema de falta de liquidez face aos investimentos que estão a ser implementados. Ainda bem que a Câmara está de saúde financeira e o *spread* das taxas de juro é relativamente baixo.

A contratação de empréstimo bancário no valor de 10 000 000,00 € (dez milhões de euros) foi aprovada por unanimidade. (55/2024/AMAH).

1.7 – Relatório de Gestão de contas da TERAMB, EM relativo ao 1.º trimestre de 2024. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. presidente da Câmara – O relatório em causa foi distribuído pelos senhores membros da Assembleia. Dou-vos mais uma vez a boa notícia que a TERAMB está no positivo e terminou este período com 197 785,43 € de lucro, o que demonstra um bom desempenho financeiro e tudo indica que continue assim até ao fim do ano. As coisas continuam bem com a TERAMB, apesar de termos a tarifa mais baixa do país e uma das mais baixas da Europa, senão a mais baixa. A empresa está bem orientada com um bom desempenho financeiro e técnico.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante no ponto 1.7. (56/2024/AMAH).

1.8 – Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo respeitante à atribuição de Diploma de Estatuto de Irmã Benemérita à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (57/2024/AMAH).

1.9 – Comunicação do Grupo Parlamentar do Chega Açores respeitante a um Voto de Congratulação aos jovens atletas açorianos, Guida Ferreira e Tomás França, respetivamente do Clube de Judo da ilha Terceira e do Judo Clube da Lagoa, que se sagraram campeões nacionais no Escalão Juvenil de Judo. Para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. (58/2024/AMAH).

2 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

2.1 – Designação de dois membros da Assembleia Municipal, eleitos segundo o método de Hondt, a fim de integrarem o Conselho Local de Educação, atendendo a que os membros nomeados, João Carlos Lopes Mateus e Anabela Silveira de Borba renunciaram aos respetivos mandatos. Para designação dos seguintes representantes por escrutínio secreto:

- Rogério Paulo Nogueira e Sousa.
- César Alexandre Pacheco Medeiros.

Após votação por escrutínio secreto, foram designados por maioria, os deputados municipais acima referidos. (59/2024/AMAH).

3 – DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

3.1 – Designação de um representante da Assembleia Municipal na comissão alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo, atendendo a que, Anastácia Maria Escórcio Fins apresentou renúncia ao exercício de funções enquanto membro daquela comissão. Para designação da seguinte representante por escrutínio secreto:

- Catarina Maria Baptista Gonçalves.

Após votação por escrutínio secreto, foi designada por maioria, a senhora deputada municipal acima referida. (60/2024/AMAH).

3.2. – Voto de pesar pelo falecimento do doutor Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

O senhor presidente da Mesa procedeu à leitura do Voto de Pesar em epígrafe.

VOTO DE PESAR:

Pelo falecimento do doutor Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino.

Faleceu um dos pioneiros da nossa Autonomia. Um Cidadão na maior das aceções da palavra, apaixonado pela sua terra e convicto dos seus ideais.

Faleceu Álvaro Monjardino no passado dia 16 de agosto aos 93 anos, na sua residência em Angra do Heroísmo.

Álvaro Monjardino nasceu a 6 de outubro de 1930 na freguesia da Conceição em Angra do Heroísmo. Estudou no Liceu de Angra do Heroísmo e licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1953, tendo depois prosseguido estudos com um curso de Pós-Graduação com o Curso Complementar de Ciências Jurídicas em 1954.

Álvaro Monjardino regressa à ilha Terceira onde se dedica ao exercício de advocacia, apelidando a sua toga como a sua “mortalha” num evidente exemplo da sua dedicação à profissão, um dos mais reconhecidos advogados dos Açores pelos seus pares.

Com um espírito destemido, pensamento brilhante e uma espontaneidade que muito lhe era característica, Álvaro Monjardino participou na Comissão de Planeamento da 5.^a Região, os Açores, no âmbito do espírito oriundo da Semana de Estudos organizada pelo Instituto Açoriano de Cultura e que marcaram um concerto de desenvolvimento para o arquipélago e a preparação das bases da Região.

No período final do Estado Novo, Álvaro Monjardino foi eleito nas listas da Ação Nacional Popular, pelo então Distrito Autónomo de Angra do Heroísmo, tendo sido um dos últimos elementos da Ala Liberal na Assembleia Nacional entre 1973 e 1974.

Após a Revolução de 25 de abril, Álvaro Monjardino aderiu ao movimento autonomista, em que participou avidamente desde os seus primórdios. Integrou a Junta Regional dos Açores, mormente na área de Coordenação Económica e Finanças. Foi membro da Comissão Instaladora do Instituto Universitário dos Açores. Foi o mais destacado membro da comissão de redigiu o projeto de Estatuto provisório para a Região dos Açores e que muito influenciou a redação constitucional de 1976, no seu capítulo das autonomias insulares. Enfim, foi parte ativa e interventiva num período em que se construiu os alicerces da Autonomia Regional que hoje conhecemos.

Com o estabelecimento dos órgãos de governo próprio da Região, filiado no então Partido Popular Democrático (PPD/PSD), Álvaro Monjardino foi eleito deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores na I e II Legislaturas, pelo círculo eleitoral da Graciosa, tendo sido o primeiro presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, cargo que exerceu nas duas primeiras legislaturas. Também foi deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores na III Legislatura, eleito pelo círculo eleitoral da ilha Terceira.

Enquanto deputado à Assembleia Legislativa Regional, Álvaro Monjardino presidiu às Comissões Parlamentares de Assuntos Económicos e Financeiros e de Assuntos Internacionais, integrou as Comissões Parlamentares de Assuntos Políticos e Administrativos, de Assuntos Económicos e Financeiros e de Assuntos Internacionais. Fez também parte da Comissão Eventual para o Estudo das Instalações da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e da Comissão Especial para a Revisão do Estatuto Político-administrativo dos Açores.

Enquanto presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Álvaro Monjardino pugnou pela predominância deste órgão de governo próprio no panorama da política autonómica. Acompanhou o presidente da República em várias visitas de Estado e representou-o junto das comunidades portuguesas nos Estados Unidos da América, nas comemorações do 10 de junho de 1977.

Entre 1978 e 1979, Álvaro Monjardino foi Ministro-Adjunto do Primeiro-Ministro do IV Governo Constitucional da República Portuguesa liderado por Carlos Mota Pinto, num reconhecimento nacional da capacidade e competência deste açoriano.

Álvaro Monjardino foi também um destacado administrador da empresa familiar “José Monjardino e filhos”, representante da “Mobil Oil Portuguesa”.

A par do notável percurso profissional e político, Álvaro Monjardino destacou-se também pela sua participação cívica, tendo sido presidente da direção do Instituto Histórico da Ilha Terceira entre 1984 e 1999, bem como sócio correspondente da Academia Portuguesa de História, sócio do Instituto Açoriano de Cultura e do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina no Brasil.

Álvaro Monjardino desempenhou um papel fundamental no processo que conduziu à classificação do centro histórico da cidade de Angra do Heroísmo como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, tendo sido o coordenador do processo que levou à classificação em 1983.

Autor de estudos publicados nas áreas da Ciência Jurídica, da História e da Política, Álvaro Monjardino foi uma das personalidades mais distintas da cultura açoriana, da segunda metade do século XX. Da sua obra publicada, registam-se: “A Quinta Região” e “Problemas de Educação numa Região Insular”, Separata do Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira.

Álvaro Monjardino também colaborou na “Scientia Jurídica” com três separatas, assim como em diversa Imprensa Regional, na qual se destacam a revista “Atlântida” e o jornal “A União” onde chegou a ser diretor.

Em 2020, por ocasião do seu nonagésimo aniversário, o Instituto Açoriano de Cultura publicou a obra “Álvaro Monjardino. O homem, o advogado, o político, o investigador”.

Em setembro de 2021, por ocasião das comemorações dos 45 anos da Autonomia Regional, Álvaro Monjardino foi homenageado pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores com a atribuição do seu nome à Biblioteca então inaugurada pelo Primeiro Órgão de Governo Próprio da Região na cidade da Horta.

Em vida, recusou honras e distinções, como foi a Grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique pela Presidência da República.

Na hora em que parte, é inimaginável não enaltecer o contributo de Álvaro Monjardino para o pensamento político e para o desenvolvimento de Angra do Heroísmo e da Autonomia Regional do Açores.

Álvaro Monjardino foi um exemplo de compromisso cívico, íntegro e despretensioso, que inspirou e continuará a inspirar quem se revê no seu legado e no projeto autonómico.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, os grupos municipais da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 11 de setembro de 2024, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Monjardino, endereçando sentidos pêsames à família.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à sua família, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, à Presidência do Governo Regional dos Açores, ao Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, ao Instituto Histórico da Ilha Terceira, ao Instituto Açoriano de Cultura, à Junta e Assembleia de Freguesia da Conceição.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 11 de setembro de 2024.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal aprovou igual voto na sua sessão e associa-se a este aqui apresentado. Lembro mais uma vez os imensos serviços prestados pelo doutor Álvaro Monjardino a este município, não apenas na classificação da cidade, mas em muitos outros aspetos. Foi um assíduo palestrante nesta mesma sala com excelentes intervenções que deixarão saudades àqueles que costumavam frequentar esta casa nessas ocasiões. Associo-me também a este voto e peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra às senhoras vereadoras que pretendem intervir.

Sra. vereadora Sandra Garcia – Boa tarde senhor presidente e senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas vereadores, caros deputados municipais.

Fazendo minhas as palavras do senhor presidente da Mesa e do senhor presidente da Câmara, faço também aqui uma intervenção em jeito de congratulação pela vida do doutor Álvaro Monjardino e pela perda que todos sofremos.

Álvaro Monjardino foi um autonomista exemplar, um cidadão muito consciente das suas responsabilidades, um pensador e intelectual, um homem de uma estatura incomum que nos deixa um legado em termos da nossa autonomia e da classificação da cidade de Angra do Heroísmo como património da humanidade, como aqui foi referido.

A menos que fosse impossível, eu não perdia uma das suas palestras. O doutor Álvaro Monjardino tinha um pensamento claro e profundo, comunicava de uma forma fácil que todos entendiam, deixa raízes e um enorme legado. Através da Câmara Municipal tive o privilégio de trabalhar com ele no projeto «Angra cidade transatlântica», um dos momentos mais enriquecedores da minha vida.

Embora fosse avesso a homenagens, seria impossível não prestarmos esta homenagem ao doutor Álvaro Monjardino e a nossa solidariedade para com a sua família, dizendo que é daquelas pessoas especiais e imortais pelo legado que deixam.

Sra. vereadora Brites Cunha – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, senhoras membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caros colegas da vereação, senhoras e senhores deputados municipais.

Embora com a voz um pouco embargada, gostaria de me associar a este Voto de Pesar pelo falecimento do doutor Álvaro Monjardino, que há quinze anos traçou determinantemente o rumo das opções que eu viria a tomar.

Na altura em que acabei o curso, curiosamente cinquenta anos depois de ele acabar o seu, recebi um telefonema do doutor Álvaro Monjardino, dando-me os parabéns e dizendo de uma forma muito peculiar: «Filhinha, se quiseres ser a minha última estagiária, aqui me tens.» Eu tinha formalizado uma candidatura a mestrado em Lisboa e em Sevilha e pensei: «É tudo o que preciso, volto para a Terceira amanhã.»

No fim do curso passamos a ter uma aprendizagem muito profícua com gente acima da média que nos dá bagagem e ferramentas. A altura da minha vida mais estimulante intelectualmente e a todos os níveis foi feita a partilhar uma mesa com este senhor, que foi muito mais do que um mestre; foi o meu mentor e eu, a sua discípula e aprendiz. O doutor Álvaro Monjardino era uma enciclopédia e eu tentava ser a sua esponja.

Deixo aqui o meu testemunho de generosidade absoluta, de compromisso fiel e de empenhamento em tudo o que lhe era confiado. O seu sentido de humor era de uma mordacidade, inteligência e acutilância ímpares. Serei sempre grata ao doutor Álvaro Monjardino por todas as influências, conselhos, ensinamentos e gargalhadas que partilhámos e das quais me julgou merecedora.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Penso que não foram aqui referidos dois momentos importantes de coragem e impopulares na vida do doutor Álvaro Monjardino. O momento de

coragem foi a criação da autonomia regional onde ele e alguns outros tiveram um papel fundamental para que não fôssemos submissos a FLA's ou a outros. É preciso contar bem esta história de decisão de um povo que passa por duas ou três pessoas que tiveram a coragem de tomar as decisões certas.

Quando esta cidade estava no chão, o doutor Álvaro disse aos americanos para não abrirem as portas. Esta atitude foi de uma impopularidade total mas garantiu a ilha Terceira. Se os americanos tivessem aberto as portas, hoje a ilha Terceira teria menos de trinta mil habitantes e foi muito importante a aprendizagem e a coragem de aplicar aqui o que se passou após a crise sísmica na ilha do Faial de 1957/58.

Tive muitos processos disciplinares na universidade e o doutor Álvaro dizia: «Tomás, chega aqui. Endireita-te.» Foi o apoio que tive e foi fantástico. É a única história que tenho com o meu sogro, de ele ser meu pai. Quando um tipo está sozinho «Está aqui; toma lá.»

Fico muito contente com esta atitude da parte da Câmara e da Assembleia Municipal e a minha mulher e a família ficarão também muito sensibilizados com este voto. O doutor Álvaro Monjardino é de boa terra e é de louvar aquelas pessoas que marcaram em nome delas.

Sr. d. m. Carlos Costa Neves – O que esta bancada da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) e do Partido Socialista têm a dizer, está escrito no Voto de Pesar. Todos e a várias mãos, expressámos o que sentíamos naquele Voto de Pesar que, em boa hora, foi lido pelo senhor presidente desta Assembleia Municipal, Domingos Cunha; contudo, não resisto em dizer em trinta segundos o que aprendi com o doutor Álvaro Monjardino e que por vezes exteriorizo nesta Assembleia Municipal, embora não tenha comparação com ele.

Falou-se aqui em coragem mas era, sobretudo, liberdade. O doutor Álvaro Monjardino não só pensava pela sua cabeça, como tinha liberdade para debater e apresentar as suas perspetivas num tempo em que há muito seguidismo, em que um diz e os outros obedecem, o que se verifica em tantas áreas da nossa vida e também na política.

O exemplo de que só há debate se cada um for aberto, honesto, sincero e puser as suas opiniões em cima da mesa, mesmo quando, à partida são desconfortáveis ou não vão no sentido da maioria, é muito importante para todos nós.

Terminadas as intervenções e após votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto, tendo a Câmara Municipal se associado ao mesmo. (61/2024/AMAH).

4 – DOS GRUPOS MUNICIPAIS DO PS E DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

4.1 – Voto de Louvor a Aristides Silvério Vieira Pires pelo percurso profissional, por ter construído um avião e ter aberto e mantido o balcão da TAP durante 25 anos. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Marcelo Pamplona procedeu à leitura do Voto de Louvor em epígrafe.

VOTO DE LOUVOR:

A Aristides Silvério Vieira Pires.

Aristides Silvério Vieira Pires nasceu na freguesia das Angústias, cidade da Horta, ilha do Faial, a 20 de junho de 1944.

Alistou-se voluntariamente na Força Aérea Portuguesa (FAP) em 1964 onde frequentou o Curso de Oficiais Milicianos Pilotos na Base Aérea n.º 7 em S. Jacinto, Aveiro, embora não o tenha concluído.

Em 1966 foi admitido como sócio do Aero Club de Portugal. Frequentou o Curso de Oficiais Milicianos – Técnico de Operações de Circulação Aérea e Radar de Tráfego na Base Aérea n.º 2 na Ota, tendo sido depois colocado na Base Aérea n.º 4 nas Lajes onde desempenhou funções na Torre de Controlo e Transportes Aéreos Militares. Cerca de um ano depois foi colocado no Comando da 2.ª Região Aérea em Luanda, Angola, onde desempenhou funções no Centro de Controlo de Voos Operacionais e Transportes Aéreos Militares até agosto de 1973.

Em 1968 foi admitido como sócio do Aero Clube de Luanda onde adquiriu a Licença de Piloto Particular de Aeronaves.

Durante os sete anos que permaneceu em Angola, com a patente de Tenente, foi agraciado com dois louvores do Comando. Mais tarde em 1973, foi admitido nos quadros da TAP-Angola, tendo participado nas operações da Ponte Aérea Luanda-Lisboa no período da descolonização.

O gosto e entusiasmos pela aeronáutica levaram-no a construir em 1974, um hidroplanador ligeiro em escala real, um *Aqua Glider*, que batizou com o nome de “Açor” e com o qual efetuou dois voos. No mesmo ano frequentou o curso de Pilotos Comerciais promovido pela Direção-Geral da Aviação de Angola e obteve a respetiva licença.

Em 1977 foi colocado no aeroporto de Lisboa e em 1978 foi transferido para a delegação da TAP nos Açores com as funções de promotor residente na Terceira com extensão a São Jorge e Graciosa, tendo sido responsável pela abertura e funcionamento da primeira loja de vendas da TAP em Angra do Heroísmo e durante 25 anos.

É o sócio fundador n.º 1 do Aero Clube da Terceira e eleito presidente da direção para o primeiro biénio da instituição.

Em 15 de janeiro de 1994 efetuou o primeiro voo local numa aeronave experimental construída manualmente ao longo de quinze anos e 3200 horas de trabalho. Trata-se do primeiro avião construído nos Açores – o “*MOSCARDO*” – com matrícula CS-XAB. Este Pássaro de Ferro é o único exemplar de um *Taylor Monoplane* existente em Portugal.

Em 2 de junho de 1996 efetuou o primeiro voo para fora da ilha Terceira no percurso Lajes/Graciosa/Lajes.

Participou com outras duas aeronaves inscritas no Aero Clube da Terceira na primeira volta aérea ao grupo central, escalando as respetivas cinco ilhas, precisamente no dia 15 de maio de 1999.

Colaborou na fundação do Chapter Português (Chapt 1297-Lusitanos), da Experimental Aircraft Association, sendo sócio fundador no ativo com o n.º 6.

A convite do Comando da Base Aérea n.º 4 sediado nas Lajes, tem estado presente com a sua aeronave em várias exposições aeronáuticas no dia da Abertura da Base.

Em “*Pássaro de Ferro – Crónicas da Aviação*” na sua edição de 15 de janeiro de 2011, consta o seguinte:

O sonho, a vontade e o artista.

“Pássaro de um sonho. Os Pássaros de Ferro são sempre e também Pássaros de Sonho, porque alguém um dia teve uma visão efémera de um bater de asas, que foi passado a papel, depois moldado à mão ou à máquina, feito de materiais diversos, construído como tudo o resto que é feito de sangue, suor e lágrimas, engenho, arte, determinação e, arrisco a dizer, um ingrediente adicional, mágico, a que alguém se referiu como o 5.º Elemento, aquele que liga os elementos Terra, Água, Ar e Fogo, - o Amor.”

Assim, os Grupos Municipais do Partido Socialista e da coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM), ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõem à Assembleia Municipal reunida em sessão ordinária no dia 11 de setembro de 2024, a aprovação deste Voto de Louvor a Aristides Silvério Vieira Pires, pelo seu percurso profissional, por ter construído um avião e por ter aberto e mantido o balcão da TAP durante 25 anos.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao interessado, ao Aero Clube da Terceira, ao Aero Club de Portugal e ao Comando da Base Aérea n.º 4 nas Lajes.

Salão Nobre dos Paços do Conselho de Angra do Heroísmo, 11 de setembro de 2024.

O Voto de Louvor a Aristides Silvério Vieira Pires foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (62/2024/AMAH).

4.2 – Voto de Congratulação a Guida Ourique Pereira pelos resultados alcançados na prática de Judo. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

A senhora deputada municipal Marília Vargas procedeu à leitura do Voto de Congratulação em epígrafe.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO:

A Guida Ourique Pereira.

Guida Ourique Pereira nasceu a 19 de abril de 2011 em Angra do Heroísmo. Estuda na Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo, é uma aluna interessada e empenhada, tendo completado recentemente o 7.º ano de escolaridade com excelente aproveitamento.

Nasceu rábina e de personalidade forte, desafiadora e aventureira, tendo desde cedo demonstrado aptidão para a prática desportiva.

Em 2022, a convite de um amigo, realizou um treino de Judo no Clube de Judo de Angra do Heroísmo (CJAH) e teve a perceção imediata que esta modalidade seria a sua paixão, o caminho que queria seguir.

Desde então dedica-se somente a esta modalidade no Clube de Judo de Angra do Heroísmo, enfrentando todos os desafios sempre com muita determinação, resiliência e foco

sob a orientação dos seus treinadores: Diogo Araújo, Valter Braga, Luís Rendeiro e Vítor Machado.

Para além de ser a sua paixão, o Judo é um desporto que a desafia dia após dia e que, tal como ela defende, requer estratégia e equilíbrio entre o corpo e a mente, com um único objetivo, o de chegar o mais longe possível, algo que nas suas palavras é simplesmente: VENCER.

É uma jovem humilde e resiliente que acredita intensamente no seu potencial, na sua força física e mental, um pensamento que leva consigo nos dias de competição assim que pisa o tatami.

Guida Ourique Pereira tem sido um exemplo e inspiração para as camadas jovens e não só, somando medalhas em torneios regionais e nacionais, inclusive o Campeonato Regional de 2024, onde se consagrou Campeã Regional de Juvenis, e mais recentemente a medalha de ouro no Campeonato Nacional de Juvenis realizado em Aveiro nos dias 22 e 23 de junho. Esta conquista espelha todo o trabalho árduo, esforço e dedicação nestes dois anos de prática.

O sonho da Guida Pereira é competir nos Jogos Olímpicos, vestir o seu Judogi com a bandeira das cinco quinas e trazer para Portugal a medalha de ouro.

Pelo percurso apresentado e destacando-se a medalha de ouro no Campeonato Nacional de Juvenis de Judo de 2024, de acordo com os termos estatutários e regimentais aplicáveis, os grupos municipais do Partido Socialista e da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) em sede de Assembleia Municipal reunida no dia 11 de setembro de 2024, propõem um Voto de Congratulação a Guida Ourique Pereira.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta e ao Clube de Judo de Angra do Heroísmo.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 11 de setembro de 2024.

O Voto de Congratulação a Guida Ourique Pereira foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto. (63/2024/AMAH).

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO (PPD/PSD – CDS-PP – PPM):

5.1 – Proposta de Atribuição das Chaves de Honra e o título de Cidadão Honorário de Angra do Heroísmo a Paul Robin Krugman. Para votação do órgão deliberativo municipal, por escrutínio secreto.

O senhor deputado municipal Tomás Dentinho procedeu à leitura da proposta em epígrafe.

Paul Krugman nasceu em Nova Iorque em 1953. Formou-se em Yale e doutorou-se no M.I.T, universidades onde depois foi professor, a par de Stanford. Autor de mais de duzentos artigos e 27 livros. Foi membro do Conselho de Economistas, na Casa Branca entre 1982 e 1983. Em 1991 recebeu a medalha John Bates Clark da American Economic Association. Colunista do New York Times há várias décadas. Paul Krugman recebeu o Prémio Nobel de Economia em 2008 e em fevereiro de 2012, o grau de Doutor Honoris Causa da Universidade de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. É professor de

Economia na Universidade de Princeton. Na Editorial Presença estão também publicados “Acabem com esta Crise Já!” “A Consciência de Um Liberal” e “O Regresso da Economia da Depressão e a Crise Atual”.

Em 1976 o economista esteve três meses em Lisboa com um grupo de alunos de doutoramento do MIT. Três anos depois escreveu o artigo que revolucionou a teoria do comércio internacional e convenceu a Academia Real de Ciências da Suécia a atribuir-lhe mais tarde o Prémio Nobel da Economia por ter mostrado os efeitos das economias de escala nos padrões de comércio e na localização da atividade económica. Propôs um novo modelo que revolucionou a teoria do comércio internacional.

De acordo com João Cravinho (Público, 24 de outubro de 2008) foi em Portugal que Paul Krugman aprendeu o poder das teorias económicas mais simples. Foi em Portugal que teve o primeiro contacto com o mundo das políticas governamentais, numa altura em que o mundo vivia uma recessão depois do primeiro choque petrolífero. Escreveu em 1995 na sua autobiografia que percebeu "a inutilidade das teorias, às quais não pode ser atribuído qualquer conteúdo operacional". *"Em concreto, a minha experiência num país onde até mesmo perceber se a economia crescia ou recuava era um desafio enorme, deu-me uma alergia permanente a modelos que nos dizem que uma política potencialmente útil pode existir sem nos dar qualquer forma de perceber de que política se trata"*.

De 27 a 30 de agosto de 2024 Paul Krugman participou, como um dos oradores principais, no 63.º Congresso da Associação Europeia de Ciência Regional, apresentando o trabalho “Nova-Nova Geografia Económica: a divergência retorna” que, 45 anos depois, revisita os trabalhos primordiais da Nova Geografia Económica que constituíram o fundamento da atribuição do Prémio Nobel em 2008.

Durante os três dias que esteve em Angra do Heroísmo, Paul Krugman reuniu com pequenos grupos de jovens investigadores em ciência regional e deu uma aula no Campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, contribuindo para a enorme qualidade do Congresso que reuniu em Angra do Heroísmo cerca de setecentos cientistas regionais de todo o mundo, designadamente no lançamento da Nova-Nova Geografia Económica que complementa a inovação da Nova Geografia Económica das décadas de oitenta e noventa do século passado que revolucionou a política regional com as consequências da dependência criada pela antiga política regional dos anos setenta e oitenta do século passado.

A visita a Angra do Heroísmo de Paul Krugman, sede da Associação Internacional de Ciência Regional (www.regionalscience.org) desde 2011 e da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (www.apdr.pt) desde 2008, confere uma importância universitária relevante a Angra do Heroísmo no domínio da Economia Regional e da Geografia Económica, abre caminho a uma política regional a nível global corretora da dependência e promotora do desenvolvimento regional sustentável e potencia e posiciona Angra do Heroísmo na rede dos centros de investigação mundial da ciência regional. Por tudo isto justifica-se o reconhecimento da cidade a Paul Krugman.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis e dos artigos 3.º e 4.º do Regulamento de Insígnias e Medalhas Municipais do Município de Angra do Heroísmo, o Grupo Municipal da Coligação (PPD/PSD – CDS-PP – PPM) propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida em sessão ordinária de 11 de setembro o seguinte:

Atribuir as Chaves de Honra da Cidade e o título de Cidadão Honorário de Angra do Heroísmo a Paul Robin Krugman, pelo seu percurso académico e político a nível mundial.

Salão Nobre dos Paços do Concelho de Angra do Heroísmo, 11 de setembro de 2024.

Sr. d. m. Tomás Dentinho – Estas figuras internacionais que passam por nós representam o nosso reconhecimento da importância dos seus pensamentos na política regional e noutras, criando também uma presença humana futura para reuniões deste tipo com gente com importância a nível mundial e global. O reconhecimento de Paul Krugman, assim como de outros, é colocar Angra na rede da economia global e na sociedade global.

A proposta constante no Ponto 5.1 foi aprovada por maioria após votação por escrutínio secreto. (64/2024/AMAH).

Sr. presidente da Mesa – Terminámos os pontos da nossa Ordem de Trabalhos. Informo os senhores membros da Assembleia Municipal que a próxima sessão, que tem como finalidade a aprovação do Plano e Orçamento para o ano 2025, ocorrerá no próximo dia 6 de dezembro.

Permitam-me que faça duas observações muito rápidas e simples. Ouvimos aqui há pouco falar em espírito de liberdade e em pensadores livres, destemidos, corajosos e importantes naquilo que é hoje a nossa autonomia, a região autónoma dos Açores, o que está consagrado na Constituição da República Portuguesa e o que é hoje o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores. Nesse sentido, não se pode, de modo algum, omitir o nome de Álvaro Monjardino.

Foi aqui lido um Voto de Pesar elaborado por várias pessoas, que transmitiu fielmente o que foi Álvaro Monjardino, o que ele representa para Angra do Heroísmo e o seu reconhecimento como cidade património mundial pela UNESCO.

Como cidadão livre de espírito aberto sem qualquer peia de nenhuma ordem e também como presidente da Assembleia Municipal desta cidade, custa-me não ter visto este Voto de Pesar pelo falecimento de Álvaro Monjardino, ser aprovado por unanimidade, mas a liberdade tem estas nuances e surpresas e transmite estas mensagens que nos devem fazer pensar, refletir e ponderar.

Não ficaria de bem com a minha consciência se não partilhasse convosco esta minha surpresa e desagrado com que vou terminar os trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Antes de dar por terminados os nossos trabalhos de hoje, quero agradecer à senhora deputada Rita Santos, (que não está aqui presente hoje), e também às senhoras deputadas: Catarina Gonçalves, Valdeci Purim e Carla Monteiro, (que também não está presente), por terem dirigido os trabalhos desta Assembleia na última sessão em que, por razões de impedimento, não estive presente. Sei que desempenharam um papel determinante, conduziram os trabalhos com grande elevação e contaram com a colaboração de todas as senhoras e os senhores deputados municipais e do senhor presidente da Câmara e das

senhoras e dos senhores vereadores. Agradeço-lhes mais uma vez o trabalho, a dedicação e o empenho com que tornaram possível a realização da última sessão da Assembleia Municipal.

O senhor deputado Carlos Costa Neves pediu aos presentes, uma salva de palmas pelas palavras do senhor presidente da Mesa dedicadas ao doutor Álvaro Monjardino.

A senhora deputada municipal Catarina Gonçalves, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da minuta das deliberações que, posta à votação, foi aprovada por unanimidade.

Sr. presidente da Mesa – Concluimos assim a nossa 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal. Agradeço mais uma vez a vossa presença e colaboração, desejando a todos a continuação de uma boa tarde. Até ao dia 6 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h00 do dia 11 de setembro de 2024, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha